



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGÜÍSTICA
COLEGIADO DO CURSO DE LETRAS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO

CURSO DE LETRAS

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS

UBERLÂNDIA
2007

SUMÁRIO

Nome dos membros da Comissão e Colegiado.....	03
Dados de Identificação	04
Considerações iniciais.....	05
A Trajetória Histórica do Curso.....	09
Infra-estrutura do Instituto de Letras e Lingüística	18
Princípios e Fundamentos da Concepção Teórico- Metodológica	24
Principais modificações introduzidas no novo currículo.....	32
Perfil do Egresso	34
Objetivos	38
Proposta pedagógica do curso.....	40
Diretrizes Gerais para os Processos de Avaliação	45
Atividades complementares.....	62
Concepção da Estrutura Curricular	69
Opção de curso.....	88
Equivalência Curricular	89
Considerações Finais	90
Fichas de Disciplinas	
Anexos	
1. Normas para Organização e Funcionamento das Práticas como Componente Curricular	
2. Normas do Estágio Curricular Supervisionado em Letras.....	



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGÜÍSTICA
COLEGIADO DO CURSO DE LETRAS**

**MEMBROS DA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO
PEDAGÓGICO (2003/2005)**

Maria Madalena Bernadeli (Coordenadora 2003/2005)

Maria Abadia Brígida Carvalho (Secretária)

Elezir Alves Buso e

Célio de Oliveira Pena (Secretários da Coordenação)

Maria Carolina Mendes de Paula, Juscelino Pereira de Souza e Carlos Gustavo de Lacerda Stein (representantes discentes)

Eduardo José Tolendall (Núcleo de Literatura)

Waldenice Moreira Cano, Eduardo Alves Rodrigues
(Núcleo de Língua Portuguesa e Lingüística)

Maria Bernadete G. Santos (Núcleo de Latim)

Ana Rosa Leonel e Giovanni Ferreira Pitillo
(Francês – Núcleo de Línguas e Literaturas Estrangeiras)

Maria de Fátima Fonseca Guilherme de Castro e Carla Nunes Vieira Tavares
(Inglês– Núcleo de Línguas e Literaturas Estrangeiras)

Lázara Cristina da Silva (Pedagogia).

MEMBROS DO COLEGIADO (2005/2006)

Carlos Gustavo de Lacerda Stein (representante discente)

Enivalda N. F. e Souza e Elaine Cristina Cintra

(Núcleo de Literatura)

José Sueli Magalhães (Núcleo de Português)

Lázara Cristina da Silva (Pedagogia)

Luciano Theodoro (Técnico administrativo Cocale)

Maria Abadia Brígida Carvalho (Secretária da Cocale)

Maria Bernadete G. dos Santos (Núcleo de Latim)

Maria Cristina Martins (Núcleo de Línguas e Literaturas Estrangeiras)

Maria Inês Vasconcelos Felice (Coordenadora 2005/2008)

Dados de Identificação

- Denominação: Curso de Letras
- Modalidades oferecidas:
 - Licenciatura simples
- Habilitações:
 1. Licenciatura Plena em Letras (Habilitação em Francês e literaturas da língua francesa - noturno);
 2. Licenciatura Plena em Letras (Habilitação em Inglês e literaturas da língua inglesa - matutino e noturno);
 3. Licenciatura Plena em Letras (Habilitação em Português e literaturas da língua portuguesa - matutino e noturno).
- Titulação conferida: Licenciado em Letras – Habilitação em (nome da habilitação)
- Possibilidade de mais de uma titulação, cursada em quaisquer turnos, desde que dentro do prazo máximo de integralização da primeira titulação
- Ano de início de funcionamento do curso: 1960
- Duração dos cursos:
 - Oito (08) semestres (Carga Horária: 2.930 h)
 - Prazo regular: 4 anos
 - Prazo mínimo: 3 anos
 - Prazo máximo: 6 anos e meio.
- N° do ato de reconhecimento do curso:
 - Decreto nº 56477, de 23 de janeiro de 1964.
- Regime Acadêmico: semestral, com entrada anual, matrícula por disciplina.
- Turnos de oferta: matutino e noturno.
- Número de vagas oferecidas: 80 vagas anuais.

Endereços:

- Da Instituição: Universidade Federal de Uberlândia
Campus Santa Mônica
Avenida João Naves de Ávila, 2121 Cep 38408-100
- Da Unidade: Instituto de Letras e Lingüística
Campus Santa Mônica Bloco U - Sala 1U206
Tel (34) 3239-4162 – (Telefax) 34-3239-4254
- Do Curso: Campus Santa Mônica Bloco G – Sala 1G 251
Telefax (34) 3239-4124
e-mail: cocle@ileel.ufu.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este documento tem por objetivo apresentar o Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras da Universidade Federal de Uberlândia, elaborado visando a adequar a proposta pedagógica do Curso de Letras às Diretrizes Curriculares Nacionais.

Os estudos e reflexões para a elaboração deste projeto pedagógico foram iniciados em 2002, na gestão da Coordenadora Profa. Dra. Luiza Helena B. Finotti, para atender às exigências do Conselho Nacional de Educação, dispostas nas resoluções CNE/CP 27/2001 de 02/10/2001, CNE/CP1 de 18/02/2002 e CNE/CP2 de 19/02/2002, CNE/CP9 de 02/10/2001 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras (CNE/CES 7 de 11/03/2002).

Na mudança de gestão, ocorrida em 31/03/2003, foi nomeada, pela Portaria ILEEL/UFU/nº 033/2003, de 17 de outubro de 2003, uma Comissão ampliada para discussão e elaboração do Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras, sob a presidência da nova coordenadora do Curso, Profª Me. Maria Madalena Bernadeli. Este Colegiado ampliado foi composto pelos três técnicos administrativos da Coordenação do Curso de Letras, Maria Abadia Brígida Carvalho, Elezir Alves Buso e Célio de Oliveira Pena, pelos discentes Maria Carolina Mendes de Paula, representante do PET-Letras, Dyego José Pova, Juscelino Pereira de Souza e, posteriormente, o discente Carlos Gustavo de Lacerda Stein, e por professores dos diferentes núcleos do Instituto de Letras e Linguística: Prof. Dr. Eduardo José Tollendal (Literatura), Profª Drª Waldenice Moreira Cano, Prof. Eduardo Alves Rodrigues (Língua Portuguesa), Profª Elizabeth Espir Abib Villela e Profª Me. Maria Bernadete Gonçalves dos Santos (Língua e Literatura Latina), Profª Me. Ana Rosa Leonel e Prof. Me. Giovanni Ferreira Pitillo (Francês - Línguas Estrangeiras), Profª Me. Maria de Fátima Fonseca Guilherme de Castro e Profª Me. Carla

Nunes Vieira Tavares (Inglês- Línguas Estrangeiras) e a Prof^a Me. Lázara Cristina da Silva, representante da Faculdade de Educação. Esta comissão trabalhou de forma sistemática, apoiada nas referidas resoluções do CNE e de modo a também atender os termos estabelecidos nas Resoluções 02/2004 do Conselho de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia e 3/2005 do Conselho Universitário, tendo sido consultado cada Núcleo do ILEEL, por meio de seu representante no Colegiado, sobre pontos específicos e problemas do Curso de Letras.

Em abril de 2005, nova mudança na Coordenação, tendo assumido a nova coordenadora e um colegiado renovado, que recebeu da antiga Comissão uma minuta do Plano Pedagógico, em sua primeira versão. O novo Colegiado recebeu também sugestões dos discentes, sob a forma de um anteprojeto. Ambos os documentos foram apresentados ao Conselho do ILEEL (CONSILEEL), no dia 03 de maio de 2005. Por sugestão do CONSILEEL, o Colegiado do Curso marcou uma jornada para a apresentação da minuta e das sugestões dos discentes, no dia 18/05/2005, para a qual foram convidadas as Coordenadoras do Curso de Letras da Universidade Federal de São João Del-Rei (Minas Gerais), Prof^a Dr^a Magda Velloso Fernandes de Tolentino, e da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (São Paulo), Prof^a Dr^a Maria de Fátima Silva Amarante, além da Diretora de Ensino da UFU, Prof^a Dr^a Marisa Lomônaco Naves, assim como os corpos docente e discente e técnicos do ILEEL. No turno matutino da jornada, a Diretora de Ensino discorreu sobre as leis que devem reger esta mudança. Em seguida, foram apresentadas a minuta do Plano Pedagógico e as sugestões discentes. No turno da tarde, as convidadas da Federal de São João Del-Rei (MG) e da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP) apresentaram os planos pedagógicos de seus cursos e a experiência de quase dois anos de sua aplicação. À noite, foi feito um resumo da Jornada para os

alunos do noturno, que não puderam comparecer às duas etapas anteriores.

A partir dessa jornada, foi necessário rever algumas posições do Colegiado anterior. Como a minuta do Projeto elaborada pelo Colegiado anterior ainda não havia sido apresentada aos membros da comunidade acadêmica do ILEEL, algumas propostas, tais como o regime do curso e a sua duração, despertaram polêmica, tendo em vista que a proposta de regime anual, de certa forma, contraria a orientação do Ministério da Educação.

O MEC sinaliza que a semestralidade imprime uma dinâmica de integralização mais produtiva; também o aumento da duração do curso, de quatro (4) para cinco (5) anos, para as licenciaturas simples, com possibilidade de complementação para a dupla em mais dois anos, totalizando sete (7) anos para a integralização de uma licenciatura dupla, vai de encontro às orientações do MEC, que propõe cursos de graduação mais curtos e dinâmicos. Dessa forma, novo cronograma de trabalho foi elaborado, tendo o Colegiado se debruçado novamente sobre o Projeto Pedagógico, na tentativa de adequar a proposta da Comissão anterior às orientações do MEC e às sugestões das comunidades discente e docente do ILEEL.

Para envolver toda a comunidade acadêmica ligada ao Curso de Letras, e evitar a convocação de numerosas assembléias, os núcleos discutiram as novas propostas levadas por seus representantes no Colegiado que retornaram ao Conselho do Curso com o posicionamento da maioria da comunidade do Curso de Letras.

A elaboração do Plano Pedagógico foi desenvolvida em consonância com as especificações legais para a alteração dos cursos de licenciatura, preservando, contudo, as concepções historicamente construídas ao longo da consolidação do Instituto de Letras e Lingüística (ILEEL) e, ainda, considerando a necessidade de construção de uma identidade própria para a Licenciatura em Letras, de modo a priorizar as características de independência intelectual

que deverão marcar os egressos desta instituição. Em decorrência, esta proposta visa a traçar os parâmetros que nortearão a elaboração de projetos específicos para o Curso de Licenciatura em Letras, de maneira a que este possa oferecer uma formação que desenvolva em todo professor egresso desta universidade, características de sujeito reflexivo, questionador e aberto às inovações, bem como uma sólida formação científico-pedagógica nesta área específica, aliada a uma consistente formação humana e cultural.

O documento a seguir reflete todo o amadurecimento que as reflexões e discussões da comunidade acadêmica do Instituto de Letras e Linguística produziram ao longo desse processo.

HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA DO CURSO

O Curso de Letras – Licenciatura Plena em Português/Inglês e respectivas literaturas e Português/Francês e respectivas literaturas – funciona desde 1960, quando foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia. O reconhecimento do curso se deu pelo Decreto nº. 53477, de 23 de janeiro de 1964.

O primeiro vestibular do Curso, realizado em 22 de fevereiro de 1960, aprovou dez (10) alunos para os cursos de Neolatinas e Anglo-Germânicas. Em 1963, formou sua primeira turma.

O Curso de Letras (que vigorava em regime anual) passa, a partir da Reforma Universitária, juntamente com outros cursos, a percorrer o regime semestral, com matrícula por disciplina.

Durante esse período, o ingresso no Curso de Letras preenchia a cota de quarenta (40) vagas por semestre, dadas às especificidades contidas no Exame Vestibular e os interesses de procura da comunidade local.

Tendo tido início um processo de discussão curricular que atravessou toda a década de 80, a partir de 1983, o Colegiado do Curso de Letras promoveu reuniões com professores e alunos do Curso e iniciou estudos e projetos para uma reforma curricular. Mais tarde, em 1987, com a preocupação de adequar o curso à realidade e às necessidades das comunidades interna e externa, foram realizadas entrevistas e distribuídos questionários para os alunos do Curso de Letras da UFU, os alunos de 1º e 2º Graus e os representantes do comércio e da indústria da região.

Após a realização desse processo de pesquisa, foi feita uma alteração curricular inicial que culminou na Reforma Curricular implantada a partir de 1991. Além das duas habilitações existentes, Graduação em Letras - Português/Inglês e Português/Francês, foram criadas mais seis habilitações. Em 28/02/92, na 207ª reunião do Conselho Universitário, foi autorizada, através da Resolução 03/92, do CONSUN, a criação das seguintes habilitações: Licenciatura Plena em Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Licenciatura Plena em Inglês e Literaturas de Língua Inglesa, Licenciatura Plena em Francês e Literaturas de Língua Francesa, Bacharelado em Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Bacharelado em Inglês e Literaturas de Língua Inglesa e Bacharelado em Francês e Literaturas de Língua Francesa.

Esse aumento baseava-se em alguns pressupostos decorrentes da análise da situação do curso na época. Foi constatada uma insatisfação por parte dos alunos com a estrutura anterior das habilitações. Alegava-se como primeiro fator dessa insatisfação a "falta de opções para o aluno". Alegou-se também a falta de flexibilidade do currículo anterior, formado basicamente por disciplinas obrigatórias, o que não permitia o aprofundamento do aluno em áreas de seu interesse, bem como uma formação mais ampla.

Sendo assim, buscou-se construir uma grade curricular que oferecesse mais opções e mais flexibilidade à formação dos alunos. Isso se deu principalmente pela criação das licenciaturas simples em Português, em Francês e em Inglês e pela implantação dos Bacharelados (Português, Francês e Inglês).

Com essas licenciaturas simples objetivou-se dar ao aluno a oportunidade de uma formação mais aprofundada em segmentos específicos do mercado de trabalho do professor, evitando que ele tivesse contato desnecessário com conteúdos curriculares muitas

vezes pouco afeitos à sua opção profissional dentro da área de Letras.

Quanto ao Bacharelado, supunha-se que viesse atender ao anseio de uma parte do universo discente interessada na formação acadêmica do Curso, mas sem nenhuma intenção de trabalhar em sala de aula do 1º e 2º Graus.

Evidentemente, esta reforma, além de aumentar com relação às perspectivas futuras, aumentou também a expectativa do corpo docente quanto à possibilidade de capacitação e quanto a uma carga de trabalho bem maior. A tônica dessa reforma era constituída por uma expansão das vagas discentes e o preenchimento obrigatório das mesmas, já que a Instituição estava se curvando à política educacional brasileira da época.

No processo de aprovação dessa reforma foram “negociadas” mais vagas para o Curso, sem a previsão do aumento do corpo docente. O Curso de Letras passou então, a oferecer duzentas e quarenta (240) vagas totalmente preenchidas, divididas em duas entradas semestrais de cento e vinte (120) alunos. Essa entrada semestral de cento e vinte (120) alunos exigia, no mínimo, três (3) turmas das disciplinas do período, o que se agravava à medida que se avolumavam repetentes e, no caso de algumas disciplinas dos períodos iniciais, essa distorção levava à necessidade de oferecimento de até seis turmas, sobrecarregando a oferta de disciplinas obrigatórias e optativas para outros períodos do Curso.

Este número representava 10% do número total de vagas oferecido pela UFU, enquanto que o número de docentes que atendiam ao Curso não representava a mesma proporção, ou seja, em mil e cem (1100) professores, representavam apenas 5%. Tal número apresentava-se como irreal para o contexto da região e da própria Universidade. Verificou-se que havia, na região, um número bastante expressivo de Instituições que também ofereciam cursos de Letras, e comparando o oferecimento de vagas de outros cursos

da UFU, que não apresentavam nenhuma outra Instituição de Ensino Superior da região, o número de vagas do Curso de Letras tornou-se injustificável. Nem mesmo o número de vagas ociosas no mercado de trabalho sensibilizava a escolha profissional dos ingressantes, o que podia ser notado pela quantidade de alunos formados pelo curso que não ingressaram na carreira profissional.

Quanto à situação da Universidade, considerou-se que a maioria dos cursos existentes na UFU caracterizava-se por uma entrada de 80 alunos por ano. Entre esses, alguns apresentavam grande procura, em vista do mercado de trabalho favorável e/ou do prestígio profissional.

Este não era o caso do Curso de Letras que não oferecia mercado de trabalho atrativo, nem tampouco prestígio profissional. O que havia sido observado dentro do cotidiano do Curso, a partir, inclusive, de falas explícitas de alunos, é que muitos dos ingressantes buscavam unicamente uma oportunidade fácil de entrar em um curso universitário, dada a falta de concorrência na segunda fase do vestibular, e o preenchimento obrigatório de todas as vagas.

Em vista desse oferecimento irreal de vagas, o perfil do aluno do Curso de Letras ficara descaracterizado. Essa descaracterização ocorria em decorrência de que não existia, por parte da maioria dos alunos, interesse, compromisso, envolvimento e sequer conhecimento dos pressupostos fundamentais do Curso. Embora existissem alunos conscientes de sua opção de curso e de sua futura opção profissional, essa postura definida acaba dissolvendo-se em um número expressivo de alunos que, tendo entrado somente pela facilidade do ingresso, vagueiam pelo Curso, inviabilizando sua operacionalização.

Oito semestres depois de efetivamente implantado o currículo do primeiro semestre de 1991, quando deveriam estar se formando, dentre os cento e vinte (120) alunos que ingressaram naquele

semestre, todos aqueles que não tivessem optado pelas Licenciaturas duplas, a situação era bem diferente.

Em primeiro lugar, havia o pressuposto de que as altas taxas de evasão, trancamento e repetência diminuiriam. Como tal diminuição não ocorreu (talvez pela entrada de um número grande de alunos cuja opção pelo Curso de Letras não era prioritária ou nem tinha motivação acadêmico-profissional), as condições de oferecimento ficaram cada vez mais precárias.

Um segundo fator não esperado eram as aposentadorias de docentes que acabaram ocorrendo maciçamente após 1990, e cuja reposição de vagas tem sido extremamente lenta, além da perda de algumas vagas no processo de avaliação docente.

Observou-se também que, até aquele momento, os cursos de Bacharelado, que se propunham a atender a anseios dos alunos e propiciar maiores opções de mercado de trabalho, contavam com pouquíssimos alunos.

Todos esses desvios que ocorreram com relação às projeções feitas ocasionaram uma sobrecarga crescente, gerando uma situação de impossibilidade de controle do Curso e de distorção profunda dos objetivos da própria reforma curricular. Diante das inúmeras dificuldades, conseguiu-se promover uma ampla discussão em busca de alternativas de equacionamento do curso. A partir dessa discussão, o Colegiado de Curso e os departamentos mais diretamente envolvidos, o corpo docente e a Coordenação da gestão 1994/1996, desenvolveram um conjunto de propostas de reestruturação e redimensionamento do Curso de Letras no sentido de torná-lo viável e mais dinâmico. No entanto, apesar de todos esses esforços e de todas essas tentativas, as condições de funcionamento do Curso de Letras tornaram-se insustentáveis. Em 1994, o Colegiado solicitou ao CONCEHAR – Conselho do Centro de Ciências Humanas e Artes - a supressão do vestibular de janeiro de 1995, a fim de que tivesse disponibilidade para implementar uma

série de medidas para solucionar os problemas. O pedido foi acatado pelo CONCEHAR, mas o CONSEP – Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão da UFU, na ocasião, em reunião com o Coordenador, Chefe de Departamento e professores do Curso, entendeu que o não oferecimento de vagas em 95/1º para o Curso poderia causar um impacto muito negativo na comunidade externa, decidindo por oferecer 20 vagas. Além disto, o CONSEP solicitou, na referida reunião, um estudo a ser realizado pela Coordenação do Curso de Letras, para uma adequação definitiva do número de vagas a ser encaminhado ao CONSEP, até ao final de 1994. Também solicitou estudos mais amplos de reforma curricular, que deveriam estar finalizados até março de 1995.

Em dezembro de 1994, o Colegiado enviou documento bastante minucioso ao CONCEHAR (Conselho do Centro de Ciências Humanas e Artes), solicitando adequação das vagas do Curso de Letras de duzentos e quarenta (240) por ano para cento e vinte (120), ou seja, sessenta (60) vagas por semestre, número este aprovado no referido Conselho. No entanto, quando do relato do processo junto ao CONSEP, este conselho entendeu que a solicitação da adequação do número de vagas deveria ser apresentada junto com a proposta de redimensionamento do currículo e de mudanças estruturais que o tornassem viável e com a qualidade desejada. Assim, o processo retornou ao Colegiado para o cumprimento das diligências. Em abril de 1996, a proposta submetida àquele conselho foi aprovada no Colegiado do Curso de Letras e, em 19 de junho de 1996, aprovada no CONCEHAR. Em novembro do mesmo ano, este processo foi enviado ao professor Edsonei Pereira Parreira, tendo sido devolvido em abril de 1997, sem ter sido relatado, pois o referido professor não era mais membro do Conselho. Posteriormente, em 26 de maio de 1997, o processo foi enviado pela Secretaria Geral à professora Ana Maria Coelho Carvalho, relatora do CONSEP. A relatora do processo deu o seguinte parecer em 29 de

agosto de 1997: que o processo retornasse ao Colegiado do Curso de Letras para revisão de pontos levantados na análise, considerando que o número de vagas é diretamente relacionado à estrutura do curso e, naquele momento, não havia como aprovar as alterações curriculares, face aos problemas levantados; que o processo retornasse ao CONSEP em tempo hábil para a implantação das reformas curriculares no segundo semestre de 1998, que as vagas para o Curso de Letras fossem fixadas em oitenta (80) para o vestibular do primeiro semestre de 1998, para constar do edital do vestibular que seria analisado e aprovado em agosto/setembro de 1997; que a definição do número de vagas para o Curso de Letras ocorresse, em caráter definitivo, juntamente com a aprovação dos novos currículos. Em 11 de setembro de 1998, foi encaminhada a versão final da proposta de ajuste curricular, contemplando todas as alterações que se fizeram necessárias durante o processo de revisão. Em 9 de outubro de 1998, foi aprovado na 236ª reunião do CONSEP, o projeto de adequação de vagas para o Curso de Letras. Foram fixadas oitenta (80) vagas por semestre, além suspensão dos bacharelados por oito (8) semestres, a partir do primeiro semestre de 1999, sendo avaliados, após este período, a pertinência ou não da continuidade dos mesmos. Todas as habilitações passaram a ter oito (8) semestres de duração (4 anos), reduzindo-se assim o quadro de disciplinas obrigatórias para as licenciaturas duplas, que tinham a duração de cinco anos; foi simplificado o rol de optativas; foi feita a adequação da carga horária das práticas de ensino para 300h (nova LDB) e retirada a disciplina Educação Física dos fluxogramas. O currículo foi implantado no segundo semestre de 1999, observando-se as normas elaboradas de adaptação dos alunos ao currículo novo.

A composição atual das grades curriculares do Curso de Letras apresenta um quadro de integralização de créditos semestral, a ser

cumprido em oito períodos de 300 (trezentas) horas, totalizando 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas.

Nesse currículo há uma padronização dos currículos, a saber:

1. Licenciatura Plena em Letras - Habilitação em Português e em Francês e respectivas literaturas;
2. Licenciatura Plena em Letras - Habilitação em Português e em Inglês e respectivas literaturas;
3. Licenciatura Plena em Letras - Habilitação em Português e respectivas literaturas,

que passaram a totalizar 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas em cada habilitação, distribuídas da seguinte forma:

Licenciaturas Plenas Áreas	Dupla: Língua Portuguesa e uma Língua Estrangeira	Simples em Língua Portuguesa	Simples em Língua Estrangeira
Língua Portuguesa	420 horas	480 horas	240 horas
Língua Latina	60 horas	120 horas	60 horas
Língua Estrangeira	420 horas	120 horas	780 horas
Linguística	180 horas	180 horas	120 horas
Literaturas (inclusive as estrangeiras)	600 horas	780 horas	600 horas
Educação (incluindo Filosofia)	180 horas	240 horas	240 horas
Prática de Ensino (inclusive as Metodologias)	450 horas	360 horas	300 horas
Optativas	90 horas	120 horas	60 horas
TOTAL	2400 horas	2400 horas	2400 horas

Com esse currículo, o Curso de Letras já foi avaliado pelo MEC seis vezes, sendo que nas últimas cinco avaliações (Provão) recebeu conceito A, o que demonstra que os esforços despendidos em busca da qualidade não são inúteis.

Durante todo esse período, estiveram suspensos os Bacharelados, tendo em vista a pequena procura e a dificuldade de mercado para um bacharel em Letras.

O caráter estável da Língua Portuguesa nos currículos das escolas de ensino elementar e médio, assim como a necessidade de aprofundamento no conhecimento de língua estrangeira pelo profissional de Letras, são fatores que configuram a Licenciatura Dupla como a opção mais escolhida pelos alunos do curso de Letras

da UFU. Um levantamento feito pelo atual Colegiado mostra que a opção pelo currículo da licenciatura dupla com habilitação em Português e em Inglês e respectivas literaturas representa cerca de sessenta por cento (60%) das opções do curso. O Colegiado acredita que esse currículo pode contemplar de forma mais eficiente e dinâmica as demandas e oscilações do atual mercado de trabalho do profissional de Letras. Em segundo lugar, com aproximadamente vinte por cento (20%) do efetivo de alunos, encontra-se a licenciatura simples com habilitação em Português e as literaturas portuguesa e brasileira. Em terceiro lugar, com mais de doze por cento (12%) das opções, está a opção pela licenciatura dupla Português/Francês e respectivas literaturas, oferecida apenas à noite. Embora a opção de curso seja feita atualmente ao final do primeiro semestre letivo, o aluno que ingressou pelos processos seletivos Vestibular ou PAIES nas vagas do turno matutino não pode optar pela referida habilitação, a não ser que faça permuta com algum aluno do noturno que não queira mais freqüentar aquele turno, de forma definitiva. Por essa razão, a cada semestre, inúmeras opções para a licenciatura Português/Francês são indeferidas, por não haver com quem se fazer a permuta, visto que uma grande parte dos alunos do Curso de Letras começa a trabalhar antes de concluir o curso, ou já trabalhava ao ingressar nele.

O quadro discente do Curso de Letras é composto, em grande parte, por alunos de Uberlândia e cidades circunvizinhas, mas também provenientes de outras cidades de Minas Gerais e de outros estados, principalmente de Goiás e São Paulo.

A relação candidato-vaga, nos últimos vestibulares, para as 80 (oitenta) vagas semestrais, foi de aproximadamente 7/1 (diurno) e 8/1 (noturno) em janeiro e 5/1 (diurno) e 8/1 (noturno) em julho.

O quadro docente do Curso de Letras é composto, atualmente, por quarenta e um (41) professores efetivos, sendo trinta (30) professores-doutores, quatro (04) doutorandos, sete (07) mestres,

mais dezenove (19) professores contratados temporariamente (ANEXO 1).

Infra-estrutura do Instituto de Letras e Lingüística para o desenvolvimento das atividades docentes

a. Laboratórios Pedagógicos de Línguas

Para a realização de atividades de pesquisa, ensino e extensão, o Curso de Letras conta com nove (09) Laboratórios Pedagógicos. Esses Laboratórios são salas de aula ambientadas especialmente para o ensino de Línguas Estrangeiras, contando com infra-estrutura audiovisual, ponto de Internet, sendo três (03) delas com TV e DVD/vídeo; além dessas salas, há armários móveis contendo TV e DVD/vídeo, que podem ser deslocados para uso em salas comuns.

b. Laboratório Pedagógico de Prática de Ensino

O discente do Curso de Letras conta com uma sala ambiente destinada às atividades de Prática de Ensino, contendo computador, impressora, acesso à Internet, TV, DV, vídeo, gravador de som, acervo bibliográfico e diversos recursos didáticos para subsidiar as ações pedagógicas dos professores em formação.

c. Laboratório de Línguas

Conta, ainda, com um moderno Laboratório de Línguas (LABLING), com trinta e seis (36) cabines para estudo coletivo e individual, com um acervo de filmes e documentários, em VHS ou CD-Rom, músicas com a transcrição de letras, exercícios de fonética, entre outros. Além disso, o LABLING possui ferramentas de última geração, tais como câmara de documentos, projeção de *sites* de

Internet e de arquivos áudio-visuais em *power point*, em vídeo, estáticos ou em movimento, em qualquer formato.

d. Coordenação de Extensão e Educação Continuada em Letras

O Instituto de Letras e Lingüística possui ainda um moderno centro de estudos, a Coordenação de Extensão e Educação Continuada em Letras (CECLE) contendo acervo bibliográfico de referência, equipamentos de som, áudio e vídeo, computadores para uso exclusivo em pesquisas acadêmicas. A secretaria do CECLE oferece apoio a cursos e atividades de extensão e orientações para a elaboração de projetos de extensão e outras atividades afins.

e. Laboratório Multimídia de Projetos

Alunos da graduação envolvidos em projetos de extensão, ensino ou pesquisa, sob a orientação de um professor, podem fazer uso deste Laboratório (LABILEEL), um moderno laboratório multimídia que serve às pesquisas da Pós-graduação e contém moderno acervo tecnológico, com acesso à Internet, câmeras fotográficas, filmadoras digitais, gravadores, *scanners*, impressora, acesso à rede sem fio e espaço para gravação de arquivos acadêmicos.

f. Laboratórios de Informática

Os alunos do Curso de Letras, além dos laboratórios de projetos, específicos para alunos sob orientação, têm acesso aos computadores do Diretório Acadêmico e da Sala de Monitoria, nas instalações do Bloco G, e dos seguintes laboratórios de informática compartilhados com alunos de outros cursos:

- a) BLOCO U – SALA 1U108 – de 7h30 às 11h30 e de 13h às 17h, de segunda à sexta-feira;
- b) BLOCO H – SALA H01 - de 8h às 11h30, de 13h às 17h e de 19h às 21h30, de segunda à sexta-feira;
- c) BLOCO B – LAB. 01(Sala 01), LAB. 05(Sala 05) e LAB. 06(Sala 06) – de 7h às 22h, de segunda à sexta-feira e de 7h às 11h30, aos sábados.

g) Central de Línguas

Os alunos do Curso de Letras dos Programas de Pós-Graduação do ILEEL contam com a Central de Línguas como um laboratório de ensino, pesquisa e extensão. A CELIN atende a aproximadamente 800 alunos com cursos de alemão, espanhol, francês, inglês e italiano em diversos níveis e suas atividades servem como campo de estágio e de investigação para os corpos discente e docente do ILEEL.

h) Hall de Estudos

Os alunos do Curso de Letras dispõem de um espaço para reuniões em grupo e para atendimentos coletivos em área reservada próxima aos gabinetes dos docentes, ambientado adequadamente para favorecer a concentração e facilitar a interação.

i) Gabinetes dos Docentes

Os alunos do Curso de Letras dispõem de atendimentos individualizados com seus professores em gabinetes que comportam três (03) docentes, agrupados por área.

j) Sala Multimídia

Para atender aos alunos do Curso de Graduação e de Pós-Graduação, o ILEEL oferece infra-estrutura moderna para projeção de arquivos, multimídia, com acesso à Internet, datashow, DVD, TV, Vídeo, som ambiente, climatização, tela de projeção e mobiliário confortável.

k) Sala para grupos de estudo

Os alunos do Curso de Letras são estimulados a participar de grupos de estudos em torno de projetos de ensino, pesquisa e extensão em desenvolvimento no âmbito do ILEEL e, para esse fim, contam com sala multimeio, contando com TV/DVD/vídeo, tela para projeção, retroprojetor, ponto de rede, aparelho de som e mobília adequada.

l) Salas de Grupos de Pesquisa

Os Programas de Pós Graduação do ILEEL investem na integração com a graduação em orno de projetos de iniciação científica e a participação dos discentes em ações dos Grupos de pesquisa. O espaço destinado à realização destas atividades compreende duas (02) salas de 62m², planejadas racionalmente para uso simultâneo, bem como mobiliário, arquivos, computadores e Internet.

m. Coordenadoria de Eventos

O ILEEL é responsável igualmente por vários eventos regulares e significativos no calendário das Letras: o SILEL (Seminário Nacional de Letras e Lingüística), já em sua décima primeira edição, e no ano de 2006, sua primeira edição internacional, é promovido a cada dois anos; o SEMAD (Seminário de Análise do Discurso), prepara-se para, em 2007, promover seu terceiro encontro anual; o SEPELLA (Seminário de Pesquisa em Lingüística e Lingüística Aplicada), que vem sendo promovido pelo Programa de Mestrado em Lingüística há 4 anos. Para dar suporte aos eventos, o ILEEL dispõe de uma Coordenadoria e Eventos que oferece apoio técnico e logístico, com infra-estrutura de equipamentos e de visando a realização de eventos acadêmicos.

Programas de Integração com a Pós-Graduação

a. Programas de Pós-Graduação

O ILEEL possui dois Programas de Pós-Graduação: a pós-graduação em Lingüística, com o curso de Mestrado em Lingüística, e a recém implantada pós-graduação em Letras, com o curso de mestrado em Teoria Literária, e já projeta o doutorado em Lingüística. Os Programas de PG do ILEEL têm como princípio fundamental a integração de suas ações de pesquisa com a graduação, o que é concretizado por meio da participação dos alunos da graduação em projetos PIBIC, PIBEG, na organização de eventos, em grupos de estudo em grupos de pesquisa.

b. Programa de Ensino Tutorial (PET)

Desde 1994, o curso está incluído no Programa de Ensino Tutorial (PET). Por sua importância na vida do Curso de Letras, o ex-tutor do Programa, Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus, que foi o mesmo desde o início das atividades até sua aposentaria, no final do primeiro semestre de 2007, buscou informações sobre os ex-alunos integrantes do PET, tanto para saber como estão, bem como para colher suas opiniões sobre sua experiência como alunos PET/LETRAS. Cerca de 30 (trinta) alunos passaram pelo Programa desde 1994. Boa parte deles continuou seus estudos, alguns na própria UFU, no Programa de Mestrado em Linguística, outros nos mestrados da UNESP e da UNICAMP, e deve avançar ainda mais; outros trabalham, alguns ministrando aulas até mesmo no Ensino Superior, como professores da UFU, da UNESP, e da UnB, o que significa que se tornaram, de algum modo, especiais por onde passaram ou onde estão. Segundo o Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus, um trabalho está sendo feito com as novas turmas do PET/LETRAS para que os ex-alunos enviem notícias de sua vida acadêmica e profissional, de modo a facilitar o acompanhamento de sua vida profissional, e criar o hábito de fazer contato com os ex-alunos.

O atual tutor do PET-LETRAS é o professor Dr. José Sueli Magalhães, selecionado em junho de 2007, tendo apresentado uma proposta de Plano de Trabalho bastante diversificada e moderna, apoiada no tripé Ensino, Pesquisa, Extensão. Todos os Petianos têm Projeto de Pesquisa, e desenvolverão também vários projetos de ensino e extensão, sob o Projeto maior do tutor, "Letras que movem", oferecido primeiramente a um curso de adultos da Prefeitura Municipal. Este ano já organizaram a Semana de Letras – SeLet 2008 -, assim como os Colóquios Multidisciplinares, entre outros projetos para a comunidade.

c. Revista *Letras & Letras*

Registrada sob o número ISSN 0102-3527, é uma publicação periódica ligada ao Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, é editada em volumes anuais compostos de 02 (dois) números publicados um a cada semestre, sendo o do primeiro semestre temático, vinculado a uma das áreas do Instituto e o do segundo semestre, aberto a publicações de todas as áreas de linguagem. A revista pode lançar, também, cadernos especiais dedicados à divulgação de trabalhos de alunos. Desta forma, o aluno do Curso de Letras, por meio de sua participação em grupos de estudos, de Pesquisa e de projetos de ensino, pesquisa e extensão, ou de sua participação em eventos, pode submeter seus trabalhos para publicação na Revista Letras e Letras, mediante encaminhamento de seu orientador.

PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA CONCEPÇÃO TEÓRICO- METODOLÓGICA

A luta pela democratização tanto da educação quanto da gestão institucional das universidades públicas caminha lado a lado com o processo redemocratização da sociedade brasileira que vem ocorrendo desde o final dos anos 70 e início dos anos 80. A partir de movimentos desencadeados por educadores e estudantes, nasceram as primeiras idéias relativas a uma lei de diretrizes para a educação, discutida em uma época de grande agitação social, devido à retomada da direção do país pelos civis. Tratava-se de um projeto para fazer frente à forte reprodução da discriminação social, ainda realizada pelo sistema escolar brasileiro. Com base na lógica do direito de todos à educação, lutava-se por uma lei segundo a qual caberia ao Estado, com a contribuição da sociedade, dar condições para a efetivação desse direito.

1. Princípios do curso de Letras da UFU

Esse projeto inaugurado coletivamente “foi sendo esvaziado ao longo do tempo, em função das novas exigências criadas com a inserção do país na economia de mercado cada vez mais global e, conseqüentemente, da revisão do papel do Estado em função dos parâmetros da ‘nova ordem mundial’.” (SILVA, 1998, p.31). Desta forma, num contexto político neoliberal crescente, em que se afirma que a interferência do Estado nas questões sociais causa ineficiência e improdutividade, onde se prega uma retração do Estado em relação aos seus deveres com a educação, não seria aprovado um projeto feito coletivo que pregava justamente a intervenção do Estado nas políticas sociais. Em 1988, educadores conseguiram que

a nova Constituição Brasileira incorporasse em seu texto a gestão democrática como princípio básico do ensino público. Em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – lei nº 9.394/96 – projeto de Darcy Ribeiro), é sancionada pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ficando esquecido o projeto de lei elaborado coletivamente.

Desde o início dos anos 90, período fértil em relação às reformas educacionais, reflexões e análises críticas vêm ocorrendo, no sentido de fundamentar reformas que substituam os modelos padronizados de planejamento institucional, de modo a se chegar ao estabelecimento de metas educacionais que reflitam concepções da relação homem-mundo e a prática pedagógica necessária a um determinado momento histórico das instituições de ensino público. Nessa perspectiva, muitas instituições públicas de ensino superior elaboraram ou estão em fase de elaboração coletiva de seu Projeto Político-Pedagógico, buscando colocar em prática ações locais que traduzam conquistas em termos de legislação.

Para esse tipo de planejamento, existem várias terminologias, dentre as quais podemos citar: o planejamento global integral (para as escolas federais), a proposta pedagógica (presente na LDB), projeto educativo, Projeto Político-Pedagógico, (para as instituições públicas de ensino superior), todas envolvendo a idéia de se conceber um projeto que envolva toda a organização institucional, ou seja, pensar as ações educacionais de forma coletiva.

O termo projeto (do latim *projectu*, particípio passado do verbo *projicere*) significa lançar para diante (plano, intento, desígnio), ou seja, é a capacidade de antever ações para que um grupo possa trabalhar de forma mais harmônica e estabelecer ações, metas, propostas a serem executadas em um momento específico. O termo político contém um “sentido de compromisso com a formação do cidadão” (VEIGA,1995, p.13). O Projeto Político Pedagógico envolve este componente político, pois no seu processo

de construção, a instituição terá que definir quais são seus compromissos sociais, sua concepção de mundo, de aluno e de sociedade. Enfim, é político porque está voltado para a formação do alunado, ao preparo de um tipo de cidadão para viver em uma determinada sociedade. Para tal, é necessário definir ações educativas e as condições necessárias para que as instituições consolidem seus propósitos e metas. Como afirma Veiga (idem, ibidem): “*Todo projeto pedagógico é também político, pois está intimamente articulado ao compromisso [...] de atender os interesses reais e coletivos da população majoritária*”. Logo, o Projeto Político Pedagógico é o plano global da instituição que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, ou seja, é um instrumento teórico-metodológico para intervenção e mudança na realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELOS, 2002 p.169).

A partir do início do século XX, a linguagem tem recebido diferentes enfoques de acordo com a perspectiva pela qual tem sido teorizada. É possível resumir as diversas correntes teóricas em duas grandes vertentes: uma que considera a linguagem como atividade meramente mental - concepção formalista - e outra que a entende basicamente como uma atividade social - concepção sócio-interacionista. Essa visão polarizada de linguagem tem gerado polêmicas por ser reducionista. Como consequência, os críticos acreditam que a descrição e a explicação do funcionamento geral da língua deve levar em conta as suas condições de produção, ou seja, a atividade de produtores/receptores de texto situados em contextos reais e submetidos a decisões que seguem estratégias nem sempre dependentes apenas do que se convencionou chamar de sistema lingüístico. Disso resultou a constituição de novas áreas de estudo.

Uma série de disciplinas veio somar-se à Fonologia, à Morfologia, à Sintaxe, áreas já consolidadas: a teoria da Enunciação, a Análise do Discurso, a Lingüística Textual, a Semântica Argumentativa, a Sociolingüística, a Psicolingüística.

Dentro da concepção formalista, encontram-se o estruturalismo e o gerativismo, que se dividem em áreas complementares: a lingüística geral e a descritiva, diferenciadas por seus propósitos. A primeira visa o estabelecimento de regularidades universais e de conceitos e categorias que servirão para analisar as línguas. A segunda objetiva o levantamento de tipologias das línguas naturais e de dados que confirmem ou refutem as proposições colocadas pela teoria. A diferença de objetivos funda ainda uma outra distinção: a lingüística teórica e a lingüística aplicada. Enquanto a primeira se preocupa em estudar a estrutura e funções da linguagem e das línguas independentemente de aplicações de seus resultados, a segunda busca analisar problemas de uso de linguagem que sejam relevantes à sociedade.

Inicialmente vista por muitos como uma tentativa de aplicação da Lingüística (Teórica) à prática de ensino de línguas, sobretudo línguas estrangeiras, a Lingüística Aplicada (LA) atualmente tem implicações não apenas para ensino, mas também para a formação de professores e outros tipos de interações institucionais (CAVALCANTI, 1998). O avanço significativo dos estudos, o grande número de pesquisas mostra a LA como área com potencial para percursos transdisciplinares em pesquisa. Além de mediar o conhecimento teórico advindo de várias disciplinas (como, por exemplo, psicologia, educação, lingüística, entre outros) e o problema de uso da linguagem que pretende investigar, a LA também formula seus próprios modelos teóricos, podendo, assim, colaborar com o avanço do conhecimento não apenas em seu campo de ação, mas também em outras áreas de pesquisa (cf. MOITA LOPES, 1996). Estudos recentes levaram a pesquisa em LA à sala de aula, com

temas predominantes como autonomia na aprendizagem, ensino e aprendizagem reflexivos, linguagem e poder, conscientização lingüística, o professor pesquisador, a educação de docentes, a interdisciplinaridade, a participação do aprendiz nas decisões, os direitos lingüísticos do aprendiz, a aprendizagem de línguas para a paz, o uso da alta tecnologia e da informática (cf. CELANI, 1997).

Também a Literatura sofreu mudanças nos seus paradigmas de análise. Abandonou a abordagem meramente periodista e passou a ocupar-se com o estudo das diferentes organizações discursivas e textuais das obras literárias, a partir de perspectivas variadas, tais como: a filosófica, a histórica, a semiótica, entre outras.

Esses embates aos paradigmas de estudo das línguas, em sua manifestação usual e artística, apontam para a necessidade de os profissionais reconhecerem que as múltiplas posições em que sua área está colocada são provisórias, devido às múltiplas mudanças discursivas que constituem a própria sociedade. Sob tal perspectiva deve fundar-se o trabalho do formador de formadores, o questionamento e a interrogação permanentes das "grandes narrativas filosóficas e científicas", visando desestabilizar o discurso único.

A partir dessa visão, o presente Projeto Político e Pedagógico renega a concepção meramente informativa da graduação em Letras, pois a formação desse profissional não deve se restringir a capacitá-lo a lidar apenas com o ensino de línguas, a ter domínio de conhecimentos teóricos sobre o funcionamento e uso das línguas e literaturas, visão muito limitada para o momento pós-moderno. Pelo contrário, o formando deve ser capacitado a compreender, questionar e ler criticamente os fenômenos que têm ressonâncias no âmbito do domínio lingüístico, mas inserido em uma contingência mais ampla, o que causa impactos na sua própria leitura de mundo.

Em decorrência de expectativas e incertezas geradas por constantes transformações e instabilidades observadas nos

contextos sócio-histórico e econômico no panorama internacional, bem como dos desafios e expectativas por nós vivenciados em nível nacional, ganharam destaque, tanto no âmbito dos órgãos governamentais, quanto no âmbito das instituições de ensino superior no país, os debates atinentes aos novos perfis profissionais dos egressos e, conseqüentemente, aqueles relacionados à adequação dos currículos.

Visando a uma coerência com o momento atual, considerando-se o perfil da região em que está inserida a Universidade Federal de Uberlândia e, observando-se o disposto nas "Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras", busca-se, orientados por este Projeto Político Pedagógico, implementar políticas para a melhoria da qualidade do ensino em nossa instituição. Isto será viabilizado pela efetivação de propostas curriculares conseqüentes e sustentadas por concepções pedagógicas, valores acadêmicos e práticas que possibilitem ao futuro profissional afrontar, de modo congruente, a atual realidade com suas mutações e desafios constantes, inclusive o desenvolvimento científico-tecnológico. Em decorrência, o Curso de Letras da UFU buscará preparar o futuro profissional não só para enfrentar um contexto sócio-histórico-econômico e cultural dinâmico e competitivo, mas, sobretudo, para atuar como leitor crítico – no sentido amplo do termo – e como agente eficaz na construção da cidadania e, portanto, capaz de fazer uso da linguagem, notadamente a verbal, nas suas diferentes manifestações.

O Curso de Letras do ILEEL/UFU está sendo pensado, portanto, na perspectiva de que a graduação deve ser prioritariamente formativa e não simplesmente informativa. Isto significa que não é um curso que visa, exclusiva ou principalmente, ao aprendizado da norma culta da língua, nem ao mero exercício de compreensão de textos. Além disso, não objetiva, pura e simplesmente, a aquisição de proficiência em línguas estrangeiras, nem se destina a apresentar, para memorização, uma série de autores e obras

literárias. Almeja-se, outrossim, um curso que possibilite o desenvolvimento da competência de refletir sobre os fatos lingüísticos e literários por meio da análise, da descrição e da explicação, à luz de uma fundamentação teórica pertinente, tendo em vista a formação de enunciadores da língua.

Para tal, o Curso de Graduação em Letras deverá facultar ao estudante o desenvolvimento de uma visão multifacetada de mundo, de maneira que ele possa pautar suas ações baseando-se numa percepção nítida do papel a desempenhar no seu ambiente sócio-cultural e, conseqüentemente, a sentir-se como partícipe e co-responsável pela sua formação. Conseqüentemente, tanto seu senso crítico como sua capacidade empreendedora e de iniciativa serão estimulados e desenvolvidos, melhor capacitando-o para afrontar os desafios da profissão. Ademais, o curso pretende fornecer uma sólida formação acadêmica e o desenvolvimento de competências e habilidades exigidas para uma atuação profissional eficaz.

Assim, os princípios que norteiam a concepção do Curso de Letras do ILEEL/UFU fundam-se na formação de professores de línguas e literaturas que se constituam, em primeira instância, como leitores constituídos da sociedade em que atuam, compreendendo a leitura como a constituição do indivíduo em seu universo cultural, político, histórico e lingüístico. Nessa perspectiva, o indivíduo inserido na esfera social não pode desvincular a relação entre conhecimento formal acadêmico e sua relação pragmática com o cotidiano das práticas sociais.

Trata-se da formação de profissionais que irão atuar como agentes de cidadania no sentido de explicitar o papel da linguagem nos processos de identificação e ação do indivíduo em seu grupo social. Não é possível dissociar a língua de sua vinculação histórico-ideológica na percepção das hierarquias sociais. Nesse sentido, a formação de professores de línguas envolve um compromisso

político de uma reflexão sobre a natureza da inserção do sujeito no grupo social em que vive e de seu papel enquanto cidadão do mundo, constituído na e pela linguagem.

Por essa razão, as concepções teórico-metodológicas que regem a formação de professores de letras caracterizam-se por sua natureza construtivista e histórica, cujo tratamento dado ao conhecimento se funda no exame de descontinuidades que se constituem como possibilidades múltiplas e deslocamentos em relação às chamadas “realidades empíricas”.

A partir dessa visão heurística do tratamento formativo dado ao conhecimento, entendemos que o desenvolvimento metodológico do ensino precisa ser fundado em um caráter dialógico no qual as inter-relações linguagem/mundo, linguagem/conhecimento e linguagem/sociedade traduzam conflitos de ordem diversos, considerando a possibilidade de exposição a diferentes enfoques teóricos, no que tange à pluralidade epistemológica em torno dos conhecimentos subjacentes às áreas de formação universitária.

Considerando essa vinculação heurístico-hermenêutica de formação, concebe-se a avaliação como um momento de construção do conhecimento, como um momento de atribuição de percepções inferenciais que traduz uma relação teoria-prática, aliada aos processos identitários do indivíduo em formação e sua relação com a exterioridade social em suas práticas pedagógicas.

PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS NO NOVO CURRÍCULO

Para a elaboração do Projeto Pedagógico, o Curso de Letras foi rediscutido visando ao atendimento das novas diretrizes do MEC para os cursos de licenciatura, adequando-se às 800 horas de Estágio Supervisionado e Práticas Educativas. Ao mesmo tempo, o Colegiado resolveu fazer uma nova proposta curricular, tendo em vista atender às necessidades prementes do curso.

Uma delas é a suspensão das modalidades Bacharelado em Português, Bacharelado em Inglês e Bacharelado em Francês, por um prazo de 5 anos, visto que, da forma como eram estruturados no atual currículo, não proporcionavam ao aluno nenhuma vantagem em relação ao seu futuro profissional imediato. Devido à urgência de adequação das Licenciaturas à nova lei das 800 h de Estágio Supervisionado e Práticas Educativas, não será possível implementar em 2008 um novo tipo de Bacharelado, ainda em estudo, que objetiva uma carreira profissional para o Bacharel em Letras, sobretudo para a área de Línguas Estrangeiras, notadamente na área de Tradutor e Intérprete ou de Secretariado Bilíngüe.

Uma recente reivindicação da comunidade, a criação de uma habilitação em Língua Espanhola, também fez parte dos estudos do Colegiado. Sua concretização, no entanto, depende da contratação de professores, criação de vagas, e adequação ao currículo. Uma Comissão nomeada visando à elaboração desta nova linha de formação específica já montou o currículo e elaborou as fichas de disciplina de Língua e Literaturas de expressão espanholas e o Colegiado pretende concretizá-la logo que possível.

Outra modificação que se fazia necessária era a concepção de uma grade curricular mais flexível, que se adequasse às idéias de construção do conhecimento e autonomia do aluno que subjazem

nas Diretrizes Nacionais Curriculares para o Curso de graduação em Letras. O estudo feito levou em consideração disciplinas que não tivessem tantos pré-requisitos que, no atual currículo, dificultam a integralização do curso caso o aluno tenha perdido vaga ou tenha sido reprovado em uma das disciplinas que são pré- ou co-requisitos de outras disciplinas em níveis mais avançados. Esse engessamento do currículo torna difícil o acompanhamento das matrículas dos alunos do curso de Letras até para o Controle Acadêmico da UFU, havendo inúmeros casos de pedido de quebra de pré-requisito pelo fato de o aluno já ter terminado o curso, tendo terminado as disciplinas finais, cursando após o pré ou o co-requisito das referidas disciplinas.

O atual Colegiado buscou, pois, construir um projeto original e inovador, para atender, também, ao Artigo 14 das Diretrizes Curriculares Nacionais, que enfatiza a necessidade de uma maior flexibilidade dos cursos de graduação em Letras. Este Artigo, em seu parágrafo primeiro, afirma que “a flexibilidade abrangerá as dimensões teóricas e práticas, de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional”.

Tal proposta foi prontamente entendida e acatada pelos corpos docente e discente do Curso de Letras, assim como os técnicos administrativos do ILEEL, sobretudo aqueles ligados à Coordenação do Curso de Letras que com ela colaboraram prontamente, de forma cuidadosa e bastante profissional.

PERFIL DO EGRESSO

A análise do mercado de trabalho atual relativo à área de Letras aponta para espaços que demandam profissionais cuja formação resulte de diferentes áreas do saber e de distintas modalidades de formação. Alguns desses espaços são:

a – a **educação básica**, promovida nos âmbitos público e privado, cuja oferta encontra-se em franca expansão no país e que requer a formação de profissionais da educação comprometidos com os avanços educacionais e com a necessária melhoria dos padrões de qualidade da educação e das condições de oferta do ensino. A formação desses profissionais da educação precisa estar em harmonia com os avanços tecnológicos e educacionais para a construção, no Brasil, de uma escola compatível com as tendências do século XXI;

b – a **educação superior**, promovida nos âmbitos público e privado, igualmente em franca expansão no país, que requer a formação de um profissional de Letras dedicado à educação em geral e que possa constituir a base necessária para a formação dos futuros docentes da educação superior, estabelecendo a ponte necessária entre o ensino de graduação e de pós-graduação;

c - o ensino de línguas estrangeiras, suas culturas e literaturas, promovido nos âmbitos público e privado, que incentiva a formação complementar ou integral de profissionais de mercado, ou interessados pelo desenvolvimento de estudos sobre a Língua Portuguesa e de línguas estrangeiras modernas.

O egresso do Curso de Letras ILEEL/UFU, além da formação lingüística constitutiva do arcabouço teórico do professor de línguas, deverá ser um profissional que se pretende agente de cidadania no escopo de uma integração indivíduo/sociedade permeado pela

constituição do indivíduo na e pela linguagem. Esse terá o perfil de um profissional que procurará sempre uma inter-relação entre o conhecimento e sua cotidianidade social e política, entendendo sua função pedagógica não apenas como uma demonstração de competência técnica, mas sobretudo como uma ação político-cultural integrada ao grupo social em que vive.

- **Competências e habilidades do graduado em Letras**

Para o bom êxito do perfil acima estabelecido e em consonância com o Art. 6º das Diretrizes Nacionais, considera-se fundamental que o graduando tenha, ao terminar sua habilitação no curso de Letras ILEEL/UFU, as seguintes **competências**:

- comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;
- compreensão do papel social da escola;
- domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;
- domínio do conhecimento pedagógico;
- conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
- gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional;
- capacidade de síntese, de análise e de crítica;
- capacidade de resolução de problemas em contextos novos e imprevisíveis;
- autonomia intelectual para buscar e construir os conhecimentos e as práticas;
- capacidade de compreensão da atuação profissional a partir de uma visão ampla dos processos históricos e sociais.

O graduado do Curso de Letras ILEEL/UFU deverá ter desenvolvido as seguintes **habilidades**:

- domínio do uso da língua portuguesa em sua variante padrão, bem como compreensão crítica das variantes lingüísticas, nas suas manifestações oral e escrita, nas perspectivas sincrônica e diacrônica;
- compreensão crítica das condições de uso da linguagem, das restrições internas e externas das atividades discursivas, de seu uso e adequação em diferentes situações de comunicação, da heterogeneidade mostrada e constitutiva nos discursos, capacidade de reflexão sobre a linguagem como um fenômeno semiológico, psicológico, social, político e histórico;
- domínio de línguas estrangeiras em suas diferentes modalidades, oral e escrita, nos registros formal e informal;
- domínio teórico e crítico dos componentes fonológico, morfossintático, léxico e semântico de uma língua;
- domínio de diferentes noções de gramática;
- compreensão do processo de aquisição da linguagem de modo a promover um melhor entendimento dos problemas de ensino e aprendizagem da língua materna e de línguas estrangeiras;
- domínio crítico de um repertório representativo de literaturas, brasileira e estrangeiras;
- visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações lingüísticas e literárias, incluindo fundamentação teórica atualizada e raciocínio crítico e independente em relação às diferentes correntes teóricas;
- preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho, incluindo a utilização dos recursos da informática;

- consciência dos diferentes contextos culturais e interculturais e sua influência no funcionamento da linguagem, bem como para o ensino de competências lingüísticas;
- domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- domínio das abordagens, métodos e técnicas pedagógicas que favoreçam a construção de conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

Espera-se, sobretudo, que o profissional em Letras assuma um compromisso com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as conseqüências de sua atuação no mercado de trabalho; e que tenha senso crítico para compreender a importância da busca permanente da educação continuada e do aprimoramento profissional.

A partir da implementação deste Projeto Pedagógico, por meio de um dos Projetos Integrados de Práticas Educativas, será iniciada uma pesquisa visando à busca do perfil dos egressos do Curso de Letras, que se juntará à pesquisa, já em andamento, que busca o contato permanente com os egressos do Curso que tenham sido alunos PET. Em fase final, uma pesquisa de doutorado de uma professora efetiva de língua inglesa do ILEEL também estabelece contato com ex-alunos da disciplina Prática de Ensino de Língua Inglesa.

Os dados colhidos a partir dessas investigações poderão mostrar claramente se os profissionais formados pelo Curso de Letras demonstram na vida profissional as competências e habilidades desenhadas neste Projeto Político Pedagógico.

OBJETIVOS

Fundamentados nas concepções citadas anteriormente, sobre o perfil do egresso do Curso de Letras e as competências e habilidades dele requeridas, podemos nortear as ações acadêmicas do Curso de Letras ILEEL/UFU pautadas nos seguintes **objetivos gerais**:

- ii) Apresentar uma conjuntura de subsídios teórico-metodológicos no intuito de promover a formação de professores de línguas, lingüística e literaturas, buscando compreender a relação entre a linguagem e a sociedade na construção de ações pedagógicas para uma vivência da cidadania;
- iii) Fomentar a construção do conhecimento em torno das particularidades da linguagem com vistas a uma participação cogente na formação do futuro profissional em Letras nos diversos níveis de educação formal vigentes;
- iv) Possibilitar uma formação acadêmica ao futuro professor de línguas, lingüística e literaturas que lhe permita consorciar suas reflexões teóricas sobre a linguagem e a linguagem literária e tecnologias;
- v) Construir uma formação acadêmico-pedagógica, tendo por meta um perfil de professor de línguas e literaturas engajado em um processo de formação continuada, instaurado em uma relação de autonomia, transformação e continuidade.

- **Objetivos específicos**

No que se refere aos objetivos específicos dessa formação, temos por meta:

- i) Fornecer subsídios teórico-metodológicos com vistas a uma reflexão sobre os processos de identificação do indivíduo com a língua e com a linguagem e com a literatura;

- ii) Promover reflexões acadêmicas que polemizem o processo de ensino e aprendizagem de línguas e literaturas em contextos de educação regular e especial;
- iii) Discutir a dicotomia teoria/prática na percepção de formas de encaminhamento do conhecimento lingüístico na formação do futuro profissional nos níveis de ensino fundamental, médio e superior;
- iv) Integrar as instâncias de Ensino, Pesquisa e Extensão, fomentando inter-relações contínuas entre os componentes curriculares em seus aspectos de re-significação constante com as práticas sociais e pedagógicas dentro e fora da escola.

PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO

Como expresso no item relativo aos objetivos gerais, o Curso de Graduação em Letras do ILEEL/UFU tem por finalidade a formação de pessoal qualificado técnica e cientificamente para o exercício do ensino e da pesquisa, bem como para o desenvolvimento de outras atividades profissionais na área de Letras, visando ao avanço e aprimoramento dessa esfera do conhecimento, da perspectiva dos ideais de liberdade, democracia e justiça social.

- **O Ensino voltado para a autonomia e centrado nos processos formativos**

O Instituto de Letras e Lingüística busca atender à formação de profissionais de Letras dotados de competências e de atitudes voltadas para o exercício pleno da profissão em um mercado caracterizado pela modernização crescente, pela complexidade do mundo moderno, pelo crescente aumento da importância da Linguagem em diferentes espaços profissionais, bem como para o exercício pleno da cidadania e da responsabilidade ética e social.

A formação do professor de educação básica forma a base da proposta pedagógica do Curso de Letras ILEEL/UFU e sempre constituiu, desde a sua fundação, seu foco principal. A formação de professores constitui um compromisso maior do Instituto de Letras e Lingüística e uma realidade de mercado para os profissionais de Letras, além de ser uma necessidade estratégica do país no eixo educacional. Nesse sentido, a proposta pedagógica do curso de Letras foi construída em total harmonia com as novas Diretrizes curriculares do Curso de Letras, instituídas pela resolução CNE/CP1, de 18 de fevereiro de 2002, para a formação de professores da educação básica, em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais dão ênfase no Ensino Fundamental e no Ensino Médio à formação geral sobre a formação

específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização. Essas competências preconizadas no Ensino Fundamental e Médio devem ser, portanto, enfatizadas e desenvolvidas na formação do professor, de modo a qualificá-los para atuar de forma coerente dentro desses novos paradigmas.

Sabe-se, ainda, que a necessidade de formação continuada do professor em atividade exige um profissional autônomo, consciente de que deve dar continuidade a seus estudos, seja por meio de cursos de extensão ou cursos de pós-graduação - especialização, mestrado ou doutorado. O Curso de Letras ILEEL/UFU pretende que essa autonomia, o aluno a desenvolva ao longo do curso de graduação. Um curso é um percurso, portanto, acreditamos que poderá haver alternativas de trajetórias; essas alternativas são feitas no interior de campos específicos de saber que visam ao desenvolvimento de habilidades e competências específicas.

O aluno terá um grau de liberdade relativamente amplo para definir o seu percurso (curso) e a possibilidade de contemplar, além de uma formação em área específica do saber, uma flexibilidade para complementar sua formação com disciplinas de outra habilitação. Deste modo, o currículo deve ser entendido como um instrumento que propicie a aquisição do saber de forma articulada.

Após o terceiro semestre letivo, o aluno poderá escolher, nas áreas de Língua Portuguesa e Lingüística e de Literatura, uma disciplina de cada núcleo temático, dentre aquelas oferecidas pelo Colegiado do curso para o semestre. Cada aluno terá uma relativa flexibilidade para compor o seu curso, desde que cumpra a carga horária obrigatória determinada pelas áreas em cada um dos núcleos temáticos. Da mesma forma, poderá cursar, dentre as disciplinas de habilidades integradas de Língua Estrangeira, aquela cuja ênfase lhe seja mais adequada (ênfase em leitura, por exemplo, ou em

compreensão oral), pois não haverá pré-requisito nem progressão entre tais disciplinas.

- **A pesquisa como fundamento da reflexão-ação e da construção da autonomia intelectual**

A pesquisa constitui, dentro da proposta pedagógica do curso, a base do processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar requer dispor de conhecimentos, refletir criticamente sobre eles e mobilizá-los para a ação. Mais do que identificar os conhecimentos existentes, o que seria simples tarefa de reconhecimento, é preciso compreender o processo de construção do conhecimento, seus fundamentos históricos, sociais e epistemológicos.

O processo de ensino-aprendizagem deve ser orientado por um princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas privilegiadas. Nesse sentido, e em harmonia com as Diretrizes Nacionais, a dimensão da pesquisa não deve constituir apenas um espaço de ação institucional, mas uma prática constante e inerente ao próprio processo de ensinar e de aprender, perpassando todos os momentos da formação. Deve estar presente na extensão, através das ações reflexivas sobre cada atividade; deve estar presente na sala de aula, nas práticas reflexivas sobre os conhecimentos, no processo de avaliação formativa, como o momento de desenvolvimento do raciocínio lógico e da capacidade de resolução de problemas.

Entende-se, portanto, a pesquisa como uma dimensão constitutiva da formação. Institucionalmente, a pesquisa também tem seus lugares específicos de inscrição e de organização, quando são reunidas em projetos pontuais, com objetos pré-definidos e sob orientação docente, tais como os programas de iniciação científica (PIBIC e PIBEG).

- **A extensão como espaço articulador das práticas e do profissional reflexivo**

O Curso de Letras do ILEEL compreende a extensão como uma dimensão intrinsecamente relacionada ao ensino e à pesquisa. Nesse sentido, o Centro de Extensão e Estudos Continuados em Letras tem como objetivo o intercâmbio dos conhecimentos produzidos pela Faculdade e a comunidade em que está inserida através de projetos de extensão, tais como:

- Educação continuada para professores de Língua Portuguesa e de Línguas Estrangeiras;
- O desenvolvimento de projetos centrados sobre o texto – oral e escrito - e sua circulação nas sociedades;
- A oferta de cursos de línguas modernas, pela Central de Línguas, abertos ao público em geral, permitindo o desenvolvimento da prática de ensino pelos alunos do curso de Letras, de pesquisas sobre ensino e aprendizagem de línguas, bem como a interação entre os saberes e as práticas produzidas no curso e a comunidade em geral.
- Para a preparação de alunos que irão ingressar nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), o CECLE dispõe atualmente de cursos especiais de leitura e compreensão de textos (cursos instrumentais) em inglês, de acordo com projeto pedagógico de formação de professores integrado ao ensino e extensão do ILEEL. Os estagiários dos Estágios Supervisionados de Práticas de Ensino de Inglês são supervisionados pelos professores orientadores de estágio através de visitas às salas de aula, reuniões, *workshops* e grupos de estudo. Os alunos contam com o acervo de materiais didáticos dos setores de apoio ao docente do ILEEL, tais como o Laboratório de Línguas e o CECLE.
- O curso de Português para Estrangeiros tem por objetivo capacitar estudantes estrangeiros a se comunicarem nas modalidades oral e escrita da língua portuguesa e, ao mesmo, propiciar aos alunos

do curso de Letras o desenvolvimento de competências nessa atividade profissional de ensino.

- Cursos para correção de Redações são oferecidos tanto aos alunos do Curso de Graduação quanto a professores e licenciados em Letras com vistas ao aprimoramento desta atividade nas escolas públicas e privadas, assim como àqueles professores interessados em participar de bancas corretoras de exames vestibulares.

DIRETRIZES GERAIS PARA O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Para atender às orientações da Pró-Reitoria de Graduação desta universidade e à legislação vigente, as diretrizes para a avaliação do trabalho pedagógico deverão estar claramente definidas no Projeto Político Pedagógico. O ato de avaliar será um processo contínuo e permanente com função diagnóstica, processual e classificatória e será feita de maneira a possibilitar a constante reflexão sobre o processo formativo do aluno. Deverá ainda ocorrer de tal forma que possibilite o desenvolvimento pleno do discente em suas múltiplas dimensões: humana, cognitiva, política, ética, cultural e profissional.

Tais diretrizes apontam ainda a avaliação como parte integrante do processo de formação que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias.

A avaliação deve cumprir prioritariamente uma função pedagógica ou formativa, gerar informações úteis para a adaptação das atividades de ensino e aprendizagem às necessidades dos alunos e aos objetivos de ensino. O objetivo de toda avaliação é gerar e gerir retro-informação seja para a ação do professor em sala de aula, seja para a gestão acadêmica.

Uma das grandes dificuldades encontradas por docentes e discentes está relacionada ao consenso na avaliação. Por outro lado, apesar dos esforços no sentido de divulgar o conceito de avaliação contido na LDB, inúmeros professores não aceitam novas formas de avaliação e mantêm a mesma prática de seus antigos mestres. Na perspectiva da nova proposta político-pedagógica da UFU, as atividades avaliativas devem fazer interagir os conhecimentos prévios dos educandos em contextos novos de aplicação e de reflexão. Nas

licenciaturas, como é o caso do Curso de Letras, faz-se necessário discutir a avaliação a fim de estimular novas atividades avaliativas e preparar os futuros professores para que eles possam atualizar as novas práticas de avaliação, com o intuito de renovar o processo na Educação Básica, para a qual a LDB propõe uma *“avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”* (BRASIL, 1996).

A avaliação precisa ser pensada dentro do contexto de formação que a pretende estabelecer; neste sentido, torna-se necessário dimensionar não apenas a avaliação da aprendizagem, mas também do curso como um todo, buscando, em um movimento coletivo avaliar e replanejar as ações desenvolvidas, aproximando-as dos objetivos propostos pelo curso.

A utilização de princípios metodológicos, dialógicos, problematizadores, buscando a formação de um professor pesquisador, requer uma avaliação também processual, dinâmica, qualitativa, com critérios claros, definidos previamente, discutidos e apresentados aos alunos, no caso da avaliação da aprendizagem, e aos docentes do curso para a avaliação geral do mesmo.

A avaliação somativa, pautada em princípios classificatórios, perde sua função à medida que todos são estimulados a se envolver no projeto de formação proposto pelo curso. A construção de conhecimentos não é possível de ser verificada a partir de instrumentos de medida, mas apreciados a partir de construções textuais respaldadas teoricamente, bem argumentadas, analisadas e pontuadas. Desta forma, a prova deixa de ser entendida como principal instrumento avaliativo, devendo os planos de avaliação contemplar diferentes instrumentos que possibilitem um processo avaliativo mais completo.

Nesta perspectiva, torna-se necessário repensar a concepção de avaliação tanto do corpo discente como docente. Não se trata de

avaliar para aprovar ou reprovar, mas de avaliar para identificar lacunas no trabalho pedagógico e redimensioná-las. Não basta obter a informação de que o aluno não aprendeu e reprová-lo. *Ele precisa aprender.* É um direito seu e uma necessidade para sua formação. Desta forma, também é um dever do professor zelar para que o entendimento do saber necessário e planejado seja acessível aos alunos, garantindo-lhes as condições de aprendizagem. A nota não pode ser encarada como um fim, cujo alcance justifica todos os meios. O fim é a aprendizagem, a nota é apenas um indicativo desta.

É preciso entender que o processo de aprendizagem é contínuo e progressivo, não acontece de forma linear e uniforme, uma vez que cada indivíduo possui uma forma própria para aprender. Todos aprendem, cada um a sua maneira.

MASETTO (2003) apresenta algumas características necessárias à avaliação superior. A primeira diz respeito à necessidade de integração ao processo avaliativo dos elementos *incentivo* e *motivação* para a aprendizagem, que poderá acontecer por meio do acompanhamento do aluno em todas as fases de seu processo de aprendizagem; a segunda é a prática do *feedback*, em que o docente informa e discute claramente com o aluno as suas dificuldades e seus avanços, traçando com o mesmo metas a serem vencidas. Esta prática oferece ao processo avaliativo uma dimensão diagnóstica e prospectiva, pois apresenta ao discente informações sobre sua condição atual e o auxilia a se organizar e planejar-se para superar tal condição rumo a uma aprendizagem mais significativa.

Uma terceira característica pontuada é o fato de verificar-se não apenas a aprendizagem do aluno, mas o conjunto. Avalia-se todo o processo, a ação do professor, a adequação do planejamento do mesmo, as práticas pedagógicas desenvolvidas, entre outros itens. O discente não é o único a ser responsabilizado pelo fracasso da aprendizagem. São avaliadas todas as condições oferecidas durante o movimento de ensinar e aprender.

O autor ainda destaca como características do ato avaliativo o fato de que este precisa ser planejado, o que requer, por parte do docente, a capacidade de observar e de registrar o desenvolvimento do aluno. Não se avalia comparando-o com os demais colegas, mas avalia-se comparando seu aprendizado inicial com o do momento, projetando-se para o futuro.

Além de provas, existem diferentes instrumentos avaliativos. MASETTO (2003) pontua algumas formas de avaliação da aprendizagem, transcritas a seguir:

- prova discursiva, dissertação ou ensaio;
- prova oral, entrevista;
- prova objetiva;
- registro de incidentes críticos;
- lista de verificação;
- prova prática;
- diário de curso;
- projetos;
- debates;
- pesquisas;
- *portfolio*.

Apresenta-se, a seguir, síntese de uma seção da tese de doutorado da atual Coordenadora do Curso de Letras (FELICE, 2001)¹, que trata justamente das visões sobre ensino e aprendizagem que influenciam diretamente na concepção de avaliação.

A partir das diferentes correntes filosóficas – positivismo, hermenêutica, ou teoria crítica – temos interpretações e leituras distintas do que é o conhecimento e, conseqüentemente, das concepções curriculares e da avaliação.

Na visão positivista, o conhecimento é, basicamente, constituído pelos fatos, pelos dados empíricos, como algo externo e

¹ FELICE, Maria Inês Vasconcelos. 2001.

alheio ao sujeito. As relações sociais têm como objetivo reduzir ao máximo o *fator humano* pela neutralidade do tratamento – daí o uso da terceira pessoa, gerado pelas pesquisas de racionalidade técnica, de modo a evitar a subjetividade.

Nesse paradigma “meios-fins”, de orientação técnica e funcional, que resulta em um sistema baseado em valores que buscam o controle, a certeza, a eficiência, a padronização e a rapidez, entre outras exigências de objetividade (cf. ÁLVAREZ MÉNDEZ, 2002), o conhecimento passa a ser uma lista de objetivos empiricamente observáveis e equivale aos fatos, ao dado empírico; o currículo se resume em uma série de programações em torno de objetivos e o ensino consiste em modificar ou mudar a conduta do aluno, não se preocupando em mudar sua forma de raciocinar, seu pensamento e seus sentimentos e atitudes. Nesse caso, o avaliador passa a ser o único produtor de conhecimento, e o avaliado é o consumidor ou objeto de conhecimento.

Nesse contexto, a avaliação foi influenciada, nos Estados Unidos, pelo movimento científico de medição relacionado a THORNDIKE (1926, *apud* SHEPARD, 2000), e centrado na invenção de artefatos e técnicas para medir as características de personalidade dos indivíduos, e presta-se eficazmente à seleção, à classificação, à distribuição e à certificação. O modelo derivado da racionalidade técnica é reduzido à aplicação de testes (TYLER, 1949; BLOOM, 1975) e é também uma concepção prescritiva tanto em relação à natureza do conhecimento quanto à sua aquisição, bem como determina aquisições segundo critérios previamente prefixados. A aprendizagem é, assim, algo que se pode medir, manipular e prever. Os testes, sob a forma de provas objetivas, que são instrumentos quantitativos, desempenharam, segundo seus seguidores, funções relevantes, conforme aponta ÁLVAREZ MÉNDEZ (2002, p. 32),

amparadas em uma legitimação pseudocientífica de práticas educativas que não correspondiam a uma concepção democrática da

educação e se transformaram em "sutis, porém potentes, instrumentos para a exclusão e a marginalização".

Também bastante utilizadas, sobretudo no contexto das Ciências Humanas, as questões discursivas são mais adequadas para avaliar as habilidades de sintetizar idéias, exprimir julgamentos, contrastar e comparar, descrever, interpretar ou relacionar fatos, idéias e coisas, evidenciando, além disso, a capacidade criativa e a originalidade do estudante.

MEDEIROS (1977) e VIANNA (1978) admitem que esse tipo de questão, além de permitir que os candidatos apresentem a resposta com seus próprios recursos lingüísticos, é o mais adequado para avaliar as habilidades de sintetizar idéias, exprimir julgamentos, contrastar e comparar, descrever, interpretar ou relacionar fatos, idéias e coisas, evidenciando, além disso, a capacidade criativa e a originalidade do candidato.

Há, também, um consenso entre esses autores em considerar este tipo de questão muito subjetivo, principalmente no momento do julgamento e da atribuição de valor. Mesmo avaliadas anonimamente, o que impede o emprego de critérios diferenciados devido a preferências pessoais, outros fatores interferem no julgamento, tais como o efeito de "halo", no qual uma apresentação cuidada (boa caligrafia, limpeza), ou uma redação agradável e correta (apesar de fugir ao conteúdo solicitado) ganham valor indevido, de acordo com o estado de ânimo do examinador. Este estado de ânimo também é capaz de alterar a valoração de uma questão: dependendo do dia, o mesmo examinador pode atribuir valores diferentes ao corrigir uma mesma questão discursiva.

Outra crítica comum encontrada nos autores consultados é o tempo gasto na correção desse tipo de prova e a dificuldade de impor parâmetros para tornar o julgamento mais homogêneo e menos subjetivo.

Ao planejar questões discursivas, o examinador deve ter em mente que tais questões visam a estimular respostas que impliquem processos mentais superiores, mas não pode se esquecer de adequá-las ao nível do candidato e considerar o tempo de execução da prova, não exigindo, pois, respostas muito longas que demandem um tempo excessivo em sua elaboração.

Embora a construção desse tipo de questão não exija uma grande sofisticação técnica², há que se considerar que uma questão deficiente em sua estruturação concorre para dificultar tanto sua execução quanto seu julgamento.

Mais do que sua construção, o grande problema desse tipo de questão é a dificuldade de seu julgamento, submetido à subjetividade do examinador. Alguns procedimentos, no entanto, podem minimizar a baixa fidedignidade (na opinião de seus críticos) dos resultados assim obtidos. O primeiro deles é submeter a questão ao julgamento de vários examinadores, ou, no mínimo, dois. Resultados que visem à classificação de muitos candidatos a um número pequeno de vagas, como é o caso dos processos seletivos para o ES, exigem maior fidedignidade. Por isso, a média de duas ou mais notas, atribuídas sem o conhecimento dos julgamentos anteriores, "*é sempre um resultado mais fidedigno que o resultado isolado de um único examinador*" (VIANNA, 1978, p. 89). Outro critério é a correção de uma mesma questão de uma só vez. Tal atitude, além de propiciar uma constância no padrão de correção, facilita a comparação entre as diversas respostas, ajudando os ajustes que devem ser feitos na resposta-padrão.

Mesmo os itens de resposta livre necessitam da elaboração de uma resposta-padrão por parte de quem constrói as questões. Desse

² Na dissertação de mestrado da atual Coordenadora do Curso de Letras ILEEL/UFU (FELICE, M.I.V. *Ler para avaliar: uma leitura especial*, 1998, nas páginas 53 a 57, item 3.2.2), há uma síntese dos dois autores (MEDEIROS, 1977 e VIANNA, 1978) sobre a construção de questões discursivas.

modo, é aconselhável que, ao criar uma questão discursiva, o examinador redija sua resposta, verificando por si mesmo a estrutura da questão e, se necessário, modificando-a em função das dificuldades que ele próprio possa ter encontrado. Tal atitude tem outras vantagens, além da exposta: ao solucionar a questão, o examinador pode avaliar seu grau de dificuldade, calculando, inclusive, o tempo provável de sua execução pelo candidato; pode julgar a importância de cada parte da resposta para o estabelecimento de critérios de correção; pode, enfim, determinar algumas variações que, a princípio, possam lhe ter escapado (VIANA, 1978). Todavia, em questões discursivas, a resposta-padrão, ou chave de apuração, ou ainda, grade de avaliação ou correção, serve apenas como um guia para o julgamento, devendo ser revista à medida que forem sendo lidas as respostas, a fim de fazer os ajustes necessários – acréscimos ou reconsideração das exigências (MEDEIROS, 1977).

Todos esses cuidados, no entanto, só reforçam a idéia de que esses examinadores acreditam ser possível neutralidade e objetividade na correção. Mesmo recusando o rótulo de “positivistas”, muitos professores ainda aplicam provas acreditando poder fazer uma correção “objetiva”. Para FIDALGO (2002), esse é um debate estéril, visto que *“toda avaliação é no fundo subjetiva porque está sujeita à elaboração e correção de vários sujeitos/agentes com poder e também com preferências, com humores, compreensões e atitudes diferentes, em momentos diversos – afinal, são seres humanos”*.

Outros ainda fazem uma avaliação “bancária” (ROMÃO, 1998), termo emprestado de FREIRE (1970), que cria a expressão *educação bancária*, pela qual se fazem depósitos - que os estudantes recebem, memorizam e repetem - e retiradas - que os discentes devem devolver, em alguns casos, da mesma forma que receberam, caso contrário, são penalizados.

Opostas ao positivismo, surgem concepções do conhecimento como construção histórica e social dinâmica que precisa estar contextualizado para ser entendido e interpretado. Nelas, o currículo é entendido como construção histórica e sociocultural; a visão que oferecem do conhecimento é prática e situada, e é na *racionalidade prática e crítica* que concretizam seu modo de compreender e explicar, que se reconhece a participação ativa dos sujeitos em sua construção, pois quem aprende participa ativamente da aquisição e da expressão do saber. Essa racionalidade prática é entendida a partir da *pedagogia crítica*, como construção social do conhecimento, e o currículo como *projeto* e *processo*, já que o pensamento crítico é por si só um processo dinâmico e social que exige juízo e deliberação. O conhecimento tem um caráter dialético e temporal, construído e situado, reconhecido em sua complexidade (ÁLVAREZ MÉNDEZ, 2002).

Nessa visão dinâmica do conhecimento, a tarefa da educação é ajudar a quem aprende a desenvolver reflexivamente um conjunto de *modos de pensamento* ou *modos de aprendizagem* de conteúdos considerados valiosos na sociedade, valorizando a capacidade mental dos sujeitos e destacando a importância de descobrir o que sabe quem aprende e como adquiriu tal conhecimento. Quem aprende precisa aprender também a refletir sobre o que sabe, explicar, argumentar, perguntar, deliberar, discriminar, defender suas próprias idéias e crenças e, ao mesmo tempo, aprender e avaliar, para, assim, assegurar a aprendizagem de conteúdos concretos.

Nesse contexto, é de grande importância a qualidade das tarefas de aprendizagem, a qualidade das relações e das interações que acontecem em sala de aula, entre os estudantes e entre os estudantes e o professor, com alguns conteúdos de aprendizagem selecionados por seu valor educativo e por sua potencialidade formativa. A principal tarefa do professor é despertar a curiosidade por aprender e em ajudar os alunos a sentir, a agir, preocupando-se

em como adquiriram o conhecimento que lhes permite atuar de modo diverso *em contextos novos não-conhecidos* (ÁLVAREZ MÉNDEZ, 2002).

É nesse sentido que é importante destacar o papel do professor (ou dos colegas mais experientes) no desenvolvimento dos processos mentais, destacado no interacionismo sócio-histórico de VYGOTSKY (1993; 1998). Para esse autor, o "*bom ensino é aquele que se direciona para as funções psicológicas emergentes*", incidindo sobre a "*zona de desenvolvimento proximal*", e "*estimulando processos internos maturacionais que terminam por se efetivar, passando a constituir a base para novas aprendizagens*" (FREITAS, 2000, p. 104).

Segundo REGO (2002, p.118), os postulados de Vygotsky apontam para uma escola em que "*professores e alunos tenham autonomia, possam pensar, refletir sobre o seu próprio processo de construção de conhecimentos e ter acesso a novas informações*".³

Por isso, acredito ser importante também discutir a auto-avaliação que é parte essencial da avaliação formativa.

Conforme aponta ROMERO (2000), o envolvimento do estudante no processo de avaliação é um aspecto relevante: a auto-avaliação e a reflexão podem contribuir para levar o estudante à autonomia na aprendizagem, pois fazem com que ele se sinta sujeito de seu processo. Para PERRENOUD (2002, p.15), a prática reflexiva é uma postura fundamental porque

nas sociedades em transformação, a capacidade de inovar, negociar e regular a prática é decisiva. Ela passa por uma reflexão sobre a experiência, favorecendo a construção de novos saberes.

LIBERALI e ZINGIER (2000, p.9) apontam três principais tipos de reflexão, descritos por VAN MANEN (1977), que se apoiou em estudos de HABERMAS (1973) sobre o conhecimento humano:

³ Grifos meus.

(a) reflexão técnica preocupada com a eficiência e eficácia dos meios para atingir determinados fins e com a teoria como meio para previsão e controle dos eventos; (b) reflexão prática visando ao exame aberto dos objetivos e suposições e o conhecimento que facilita o entendimento dos problemas da ação; (c) reflexão crítica relacionada às duas ênfases anteriores, porém valorizando critérios morais e as análises de ações pessoais em contextos histórico-sociais mais amplos.

Em termos de auto-avaliação, interessa mais a reflexão crítica. Para KEMMIS (1987), citado por LIBERALI e ZYNGIER (2000), a reflexão seria um processo de auto-avaliação que faz com que aquele que a pratica se coloque "*dentro da ação, na história da situação, participando da atividade social e, acima de tudo, posicionando-se*" (p.10). O auto-conhecimento funcionaria como um propulsor para desenvolver a responsabilidade pelo processo de transformação, que teria início por meio da vontade do próprio participante, mas também "*por um processo de tomada de decisão informada*".

Os autores consultados (ÁLVAREZ MÉNDEZ, 2002; HADJI, 2001; SHEPARD, 2000; PERRENOUD, 1999; PARIS & AYRES, 1999) falam de vários tipos de atividades a serem utilizados em sala de aula que podem ser usados para auto-avaliação e reflexão dos alunos sobre seu trabalho e suas habilidades, como a observação dos alunos, as entrevistas, a avaliação contínua. PARIS & AYRES (1999) destacam quatro delas: a) portfólios; b) relatórios e inventários; c) diários; d) vários tipos de reuniões (ou encontros).

Em um currículo em que se pretende que o professor em formação tenha autonomia em seu percurso, escolhendo as disciplinas nas quais buscará se aprofundar e com as quais pretende compor seu curso, em um curso que tem como maior objetivo a formação do professor pesquisador, em um Projeto Pedagógico que destaca como prioridade formar profissionais e cidadãos, faz toda a diferença a forma como será encarada e aplicada a avaliação da aprendizagem. Preparar o futuro profissional para o mercado de trabalho requer que este esteja apto a avaliar os outros mas também avaliar a si próprio.

No que tange à avaliação docente, pode-se pensar em questionários, observação direta, reuniões coletivas planejadas para tal fim, relatórios de pesquisa, entre outros.

Ressalta-se que a mudança de postura quanto à avaliação da aprendizagem e do curso é processual e precisa ser levada a sério para que a mesma possa contribuir com a formação do profissional que o curso se propõe a realizar.

- **A avaliação como instrumento norteador do processo de ensino e da gestão pedagógica**

A avaliação é uma parte integrante do processo de formação e possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias.

A avaliação deve cumprir prioritariamente uma função pedagógica ou formativa, gerar informações úteis para a adaptação das atividades de ensino-aprendizagem às necessidades dos alunos e aos objetivos de ensino. O objetivo de toda avaliação é gerar e gerir retro-informação, seja para a ação do professor em sala de aula, seja para a gestão acadêmica.

A proposição de atividades avaliativas deve fazer interagir os conhecimentos prévios dos estudantes em contextos novos de aplicação e de reflexão. Assim, é inegável a importância da avaliação, tanto para o aluno como para o professor. Além disto, é também inegável a necessidade da avaliação, seja como elemento do processo de construção do conhecimento, seja como elemento de gestão de um projeto pedagógico.

Para PERRENOUD (1989), a avaliação é um componente permanente da ação individual e das interações sociais. *Avaliar é construir e negociar representações*. Os avaliadores, de modo geral, estão sempre dispostos a afirmar a objetividade de seus julgamentos, enquanto os avaliados estão, ao contrário, dispostos a afirmar a sua subjetividade, sobretudo quando ela lhes é desfavorável. A avaliação

é, portanto, uma prática e uma representação e cabe ao avaliador lembrar-se de que a avaliação é sempre um momento de conflito que ele deve aprender a gerir. A avaliação se constrói em função das *normas de excelência* preconizadas pela instituição e esperadas pela sociedade. Os discentes devem ser capazes de se representar as normas de excelência da instituição e, ao serem avaliados, reconhecê-las nas avaliações. Os professores devem também ser capazes de se representar essas normas de excelência, reconhecendo o que a instituição espera deles de modo a gerar correspondência quando das avaliações que se fazem das atividades docentes.

A avaliação não se reduz apenas à sala de aula, ela deve perpassar toda a estrutura escolar, produzindo dados e informações que alimentem os processos de gestão administrativa e acadêmica visando à melhoria do ensino. Segundo as diretrizes curriculares nacionais, as competências profissionais a serem constituídas pelos professores em formação – no caso específico das Licenciaturas – devem ser a referência para todas as formas de avaliação dos cursos, sendo estas:

- periódicas e sistemáticas, com procedimentos e processos diversificados, incluindo conteúdos trabalhados, modelo de organização, desempenho do quadro de formadores e qualidade da vinculação com escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, conforme o caso;
- feita por procedimentos internos e externos, que permitam a identificação das diferentes dimensões daquilo que for avaliado;
- incidentes sobre processos e resultados.

A avaliação sendo, portanto, um instrumento essencial para a evolução dos padrões de qualidade da instituição e fundamentais para a realização de seus objetivos educacionais, ela ocorrerá nas seguintes dimensões:

- a) avaliações feitas pelo corpo docente: avaliações dos alunos; avaliação da disciplina;
- b) avaliações feitas pelo corpo docente: avaliação dos professores e da disciplina;
- c) avaliação institucional interna;
- d) avaliação externa.
- e) avaliação feita pelo corpo técnico-administrativo sobre as condições de funcionamento dos diversos setores essenciais da instituição de ensino.

a) – avaliações feitas pelo corpo docente

1 – avaliações dos alunos no processo de ensino-aprendizagem

A avaliação deve percorrer, obrigatoriamente, todas as etapas do processo de ensino, não se limitando apenas às avaliações periódicas somativas feitas para verificar formalmente a aprendizagem e atribuir notas aos alunos. O projeto de avaliação do professor deve incluir as avaliações *diagnósticas*, as avaliações *formativas* e as avaliações *somativas*.

AValiação DIAGNÓSTICA: avaliação feita antes do ensino (diagnóstica e prognóstica) visando à adequação da planificação do curso às necessidades dos alunos e para que o aluno se conscientize de seu ponto de partida. Pode ser feita através de questionários abertos ou fechados, entrevistas, tarefas, questões de controle; tem como objetivo diagnosticar conhecimentos já adquiridos, experiências pessoais e profissionais, níveis de raciocínios e estratégias de aprendizagem e de estudos, atitudes e hábitos adquiridos de aprendizagem, capacidade para elaborar as representações das tarefas propostas;

AVALIAÇÃO FORMATIVA: avaliação feita durante o ensino (formativa, interativa, retroativa, pro ativa). O objetivo das avaliações formativas é estabelecer práticas que levem os alunos a resolver situações-problema e verificar se os conteúdos ensinados se transformam em competências e habilidades efetivas. Saber se os alunos adquiriram os comportamentos previstos pelo professor para fundar estratégias posteriores de ensino, realizando tarefas originais, aplicando tópicos de ensino a contextos novos. Nesse tipo de avaliação, deve haver interação com os alunos, análise da produção dos estudantes e conseqüente adaptação do processo didático aos progressos e problemas dos alunos, regulação instrumentalizada com implementação de programas de reforços, quando necessário. Atividades em equipe, envolvendo discussão e pesquisa, trabalhos de campo, debates, realizados dentro do espírito de resolução de problemas contextualizados constituem práticas fundamentais da avaliação formativa;

AVALIAÇÃO SOMATIVA: avaliação feita depois do ensino, com atribuição de notas e visando verificar efetivamente a aquisição das competências e habilidades objetivadas durante o processo de ensino. As estratégias utilizadas nas avaliações somativas devem revelar raciocínios e representações mentais dos alunos; alunos e professores devem analisar e estudar eventuais erros e desvios cometidos, diagnosticar tipos de obstáculos e dificuldades. Como se trata de uma avaliação de resultados da aprendizagem, esta avaliação revela-se um elemento indispensável para a reorientação dos desvios ocorridos durante o processo e para gerar novos desafios ao aprendiz. A avaliação deve resultar em uma discussão honesta e transparente, entre todos os elementos envolvidos no processo. Como a avaliação somativa resulta em uma classificação dos alunos através da atribuição de notas objetivas, ela exige um preparo que se oriente na direção dos objetivos da disciplina e do curso (cf.

competências e habilidades do egresso) e não simplesmente em atividades de puro reconhecimento e de reprodução de conceitos.

2 – avaliação docente da disciplina:

Trata-se aqui de avaliação feita pelo professor da disciplina ministrada por ele, avaliação realizada obrigatoriamente ao término da mesma, através de formulário eletrônico específico que estará disponível na rede do ILEEL. Ela se compõe basicamente em: avaliação dos objetivos alcançados; das condições *estruturais* (existência de infra-estrutura adequada na sala de aula, laboratórios, biblioteca, etc.) e *humanas* (qualificação docente e discente tendo em vista os objetivos da disciplina), em que a disciplina fora ministrada; das necessidades de melhoria, etc.

b) – avaliações feitas pelo corpo discente

1 – avaliação discente da disciplina

Ao final da disciplina, os alunos avaliarão obrigatoriamente as disciplinas em formulário eletrônico específico, também disponibilizado na rede do ILEEL. O aluno deverá apontar as dificuldades encontradas no conteúdo programático, com vistas à reformulação das disciplinas do novo currículo, caso se faça necessário.

2 – avaliação discente do professor

Trata-se aqui da avaliação feita pelos alunos em relação ao professor que ministrou a disciplina, em relação à metodologia adotada pelo docente e às atividades avaliativas utilizadas. Os alunos avaliarão os professores em formulário eletrônico específico,

disponibilizado na rede do ILEEL. Essa avaliação também é obrigatória e constitui elemento essencial para orientar os professores e fundamentar análises e tomadas de decisão da coordenação do curso.

c) Avaliação docente e discente do Projeto Pedagógico

Considerando que a qualidade acadêmica está efetivamente ligada ao cumprimento da função social da Universidade, que é de ensinar, pesquisar e praticar a extensão em favor do desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade como um todo, estão previstas diferentes formas de avaliação do Projeto Pedagógico. Ao longo de seu processo de implantação, avaliações obrigatórias, bianuais, serão realizadas com o objetivo de aperfeiçoar a proposta pedagógica em seus diferentes momentos de implantação, buscando manter sua qualidade e fidelidade aos seus princípios fundamentais. A avaliação do Projeto Pedagógico será realizada a partir de um projeto de pesquisa, proposto pela atual Coordenadora do Curso de Letras, e já aprovado pelo Conselho do Instituto de Letras e Lingüística, que prevê a aplicação de questionários a uma amostra de alunos de cada período, com questões abertas para que sejam feitas sugestões ou críticas. Professores que ministram aulas no curso também serão ouvidos. Este procedimento permitirá perceber os avanços e as fragilidades no processo de aprendizagem a tempo de possibilitar mudanças na realidade dos espaços de formação profissional. Também possibilitará redirecionar, caso seja necessário, os objetivos, a identidade profissional delineada, a organização curricular, as formas de implantação e as condições de funcionamento do curso. Este processo será coordenado pelo Colegiado do Curso. Para subsidiar este trabalho, a Coordenação providenciará relatório anual de todas as atividades desenvolvidas.

AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Em decorrência da ampliação do conceito de currículo, entende-se que diferentes atividades acadêmicas que são hoje desenvolvidas pelo discente, durante sua permanência na Universidade, são tão úteis para sua formação profissional quanto as diversas disciplinas do núcleo de formação específica que ele cursa. Assim sendo, é justo que, do mesmo modo que essas últimas geram créditos, as primeiras também o façam, sendo consideradas como atividades complementares à sua vida acadêmica.

- **Aula**

A aula consiste em atividade teórica, prática ou teórico-prática, conduzida predominantemente pelo docente, de forma presencial ou à distância, incluindo-se nesta categoria a aula expositiva, a aula laboratorial ou o trabalho de campo, que o discente poderá utilizar como atividade complementar, com vista ao enriquecimento de seu currículo, em seu próprio curso ou em outros cursos, sob a forma de:

1. Aulas presenciais.

Consiste em atividade teórica, prática ou teórico-prática, desenvolvida na sala de aula e conduzida predominantemente pelo professor, ou por mestrando, sob orientação, em estágio-docência. Embora a tendência mais tradicional da aula presencial seja a atividade expositiva do professor, a aula presencial deve ser vista como um momento privilegiado dentro do curso, pois trata-se de um dispositivo que deve envolver sistematicamente a interação do professor com os alunos matriculados, dos alunos entre si, mediados pelos conteúdos e pelos objetivos do curso. A articulação entre atividades expositivas problematizadoras e atividades práticas de exercício do raciocínio lógico é fundamental para o desenvolvimento das competências almejadas e de hábitos de aprendizagem. Na sala

de aula presencial, como em qualquer outra atividade curricular, deve predominar o ensino voltado para o desenvolvimento de competências, de atitudes formativas e de raciocínio sobre o ensino focado no simples reconhecimento e apreensão de conceitos. A contextualização dos conteúdos ensinados também deve ser buscada pelo professor nas seguintes dimensões: contextualização histórica (origem e evolução histórica do problema); contextualização dentro de um campo de conhecimento (relação do problema/conceito com correntes e campos de estudo, dimensão interdisciplinar do problema); contextualização social (implicação dentro da/s sociedade/s); contextualização no ensino fundamental e médio (relevância para o ensino fundamental e médio, para a formação do professor), contextualização profissional e prática (relevância para o mercado profissional).

2. Cursos e Disciplinas a Distância

O desenvolvimento de atividades através dos recursos fornecidos pela mídia contemporânea tais como vídeo, televisão, cinema, jornal, CD-ROM e Internet, entre outros, deve ser estimulado nos alunos como forma de mantê-los atualizados e em permanente processo de pesquisa e interação, fatores fundamentais para o sucesso do processo pedagógico. Considera-se atividade curricular à distância a alternativa pedagógica predominantemente não-presencial ou semi-presencial destinada a promover a autonomia do aluno, envolvendo meios de comunicação capazes de ultrapassar os limites do tempo e do espaço e de permitir a interação do estudante com fontes de informação diversificadas. A existência de atividades acadêmicas a distância em cursos de graduação presenciais justifica-se no presente projeto, do ponto de vista dos objetivos e métodos, e não ultrapassará o limite de 20% (vinte por cento) da carga horária as atividades complementares.

- **Seminário**

O seminário é constituído por atividade teórica, prática ou teórico-prática, conduzida predominantemente pelos alunos, a partir de articulação de um docente, incluindo-se nesta categoria a discussão temática, o estudo dirigido e o grupo de estudos.

O seminário deve cumprir o papel de estimular nos alunos as habilidades básicas de *ouvir* e *falar* permitindo a formação de opiniões pessoais e o desenvolvimento de práticas e conceitos relativos ao curso e aos objetivos do seminário. Saber ouvir e saber falar são recursos fundamentais para aqueles que, profissionalmente, vão se dedicar à área de Letras.

- **Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão**

Os projetos são entendidos como conjunto de atividades integrado ao projeto pedagógico do curso que permita o desenvolvimento de habilidades, atitudes e competências previstas na respectiva ementa, incluindo-se nesta categoria os projetos de iniciação científica, iniciação ao ensino e iniciação à extensão. O discente do Curso de Letras poderá aproveitar os projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão dos docentes, atuando como estagiários, como forma de complementar sua formação e iniciar, sob orientação, sua atuação profissional.

- **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC)**

O PIBIC/CNPq/UFU é um programa centrado na iniciação científica em todas as áreas do conhecimento. Administrado diretamente pelas instituições de ensino superior, é voltado para os alunos de graduação, servindo de incentivo à formação, com ênfase na

participação ativa de estudantes em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada.

- **Programa de Bolsa Institucional de Iniciação Científica (PBIIC)**

PBIIC/FAPEMIG/UFU também é um programa centrado nos objetivos de formação acadêmica de qualidade por meio da iniciação científica em todas as áreas do conhecimento, a exemplo do programa anterior. São disponibilizadas bolsas de pesquisa financiadas pela FAPEMIG e pela UFU.

Com a Iniciação Científica, o aluno começa sua carreira de pesquisador, interage com outros pesquisadores de sua área por meio de leituras, discussões e participação em eventos e, por fim, tem a oportunidade de publicar seus trabalhos, a começar pela Revista Eletrônica da DIRPE, Horizonte Científico.

Atualmente, várias Universidades brasileiras e de outros países exigem, para ingresso em programas de Pós-Graduação, que o candidato tenha desenvolvido projeto de Iniciação Científica e, muitas vezes, que tenha publicações em congressos e/ou periódicos científicos.

Essas, entre outras razões, mostram a importância da participação dos discentes nesse programa de incentivo à pesquisa.

- **Programa Institucional de Bolsas de Ensino de Graduação (PIBEG)**

O Programa Institucional de Bolsas de Ensino de Graduação da UFU (PIBEG/UFU) tem por objetivo geral incentivar o desenvolvimento de projetos que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino dos cursos de graduação da UFU, e por objetivos específicos:

- incentivar o envolvimento de docentes e estudantes em projetos que visem a solução de problemas didático-pedagógicos de cursos de graduação;
- fomentar a interação entre disciplinas e entre Unidades Acadêmicas na resolução de problemas comuns;
- auxiliar os Colegiados de cursos de graduação no desenvolvimento de ações que visem o aprimoramento do ensino;
- proporcionar ao estudante o aprendizado sobre o desenvolvimento de disciplinas práticas e/ou teóricas, domínio de técnicas, elaboração de material didático, demais atividades de ensino, conforme a proposta apresentada em projeto;
- Estimular a interdisciplinaridade;
- Oferecer oportunidades de participação em Atividades Acadêmicas Complementares.⁴

- **Programa de Iniciação à Docência (PID)**

1. Monitoria

Monitoria, remunerada ou não-remunerada, é uma experiência pedagógica oferecida ao estudante regularmente matriculado num curso de graduação. Considerada como uma atividade acadêmica de natureza complementar, é desenvolvida sob a orientação e supervisão de um professor e aproveitada para a integralização do currículo de um curso de graduação. Tem como objetivos principais desenvolver, no aluno, o interesse pela carreira do magistério superior e proporcionar a cooperação entre o corpo discente e o corpo docente em benefício da qualidade do ensino ministrado pela instituição.

⁴ www.prograd.ufu.br/arquivos2006/Edital%20Pibeg%2012006.doc

2. Prática docente em atividade de extensão orientada (CECLE/ CELIN)

O Curso de Letras oferece a oportunidade aos seus alunos da graduação para o desenvolvimento de atividades de docência orientada em ações de extensão. Para este fim, o ILEEL conta com uma Central de Línguas (CELIN) e uma Coordenação de Educação Continuada e de Extensão (CECLE), que oferecem campo à prática docente de estudantes especialmente selecionados, na condição de estagiários nos cursos de extensão de línguas.

- **Participação em Eventos**

A participação em eventos como expositor ou ouvinte constitui um dos tópicos importantes da prática universitária. Tal atividade cria no aluno a consciência da importância desses fóruns enquanto fonte de reflexão e de obtenção de informações atualizadas. O aluno pode submeter seus resultados de pesquisa a esse tipo de avaliação pública, para acrescentar à sua prática a experiência vivenciada pelos pesquisadores. Esse tipo de participação em eventos será geradora de pontos, a critério do Colegiado, conforme tabela do item Atividades Complementares. A participação do aluno em eventos dessa natureza deverá ser autorizada pelo orientador com, pelo menos, 15 dias de antecedência e com a apresentação da cópia do trabalho a ser apresentado ou o certificado de aceitação. A participação em evento com apresentação de trabalho poderá valer até sessenta (60) pontos (até quatro eventos científico-culturais internacionais ao longo do curso), mediante apresentação do certificado que deverá especificar a carga horária. O valor máximo permitido na participação em eventos com apresentação de trabalhos será oitenta pontos (até quatro apresentações de trabalho em eventos internacionais).

- **Estágio Curricular e Profissional**

Os alunos do Curso de Letras têm desenvolvido estágio profissional na EDUFU, na Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais, na PROEX e em outros setores da UFU e da comunidade, voltado para a revisão de textos, atividade de redação de documentos ou em atividades de ensino e aprendizagem de línguas.

- **Publicações**

O ILEEL disponibiliza estrutura de informática e de apoio humano para a publicação eletrônica de trabalhos de discentes. Encontra-se em fase de estudos a institucionalização de uma revista eletrônica para os alunos da graduação.

CONCEPÇÃO DA ESTRUTURA CURRICULAR

Considerando a legislação vigente, os princípios básicos acima descritos, o perfil do egresso e os objetivos propostos, o novo currículo do Curso de Letras ILEEL/UFU está organizado em três núcleos:

- I. Núcleo de Formação Específica (Disciplinas obrigatórias e optativas),
- II. Núcleo de Formação Pedagógica (Disciplinas Pedagógicas obrigatórias, Práticas Específicas e Estágio Supervisionado),
- III. Núcleo de Formação Acadêmico-Científico-Cultural (Atividades Acadêmicas Complementares).

O Anexo 2 apresenta quadros de porcentagem dos diferentes núcleos (específicos de área e de formação), em relação ao total de horas de cada habilitação no novo currículo.

Para efeito de organização e de apresentação dos componentes curriculares e dos quadros das matrizes curriculares, é necessário esclarecer a nomenclatura adotada em relação a Núcleos, Ciclos e Módulos, a saber:

- as diferentes áreas do Curso de Letras, conforme são lotadas no Instituto de Letras e Lingüística
 - a. Núcleo de Língua Portuguesa e Lingüística,
 - b. Núcleo de Literaturas de Língua Portuguesa,
 - c. Núcleo de Línguas e Literaturas Estrangeiras;
- as áreas de Formação Específica e de Formação Pedagógica, também chamados Núcleos pelo Projeto Pedagógico Institucional;
- os diferentes níveis em que os componentes curriculares são ofertados
 - a. **Ciclo I** (básico, específico, comum e obrigatório),

- b. **Ciclo II** (intermediário para os componentes do Núcleo de Formação Específica, inicial para o Núcleo de Formação Pedagógica, incluindo as 45 h de observação das Metodologias, que iniciam os Estágios Supervisionados),
 - c. **Ciclo III** (final, para os componentes do Núcleo de Formação Específica e os do Núcleo de Formação Pedagógica, incluindo os Estágios Supervisionados e componentes curriculares de aprofundamento específico);
- os diferentes temas e níveis em que se dividem os componentes curriculares em cada área, aos quais se denomina Módulos.

1. Núcleo de Formação Específica:

Em todas as habilitações que serão oferecidas na nova estrutura curricular do Curso de Graduação em Letras ILEEL/UFU, nos três primeiros semestres, o aluno cursará obrigatoriamente as mesmas disciplinas, que vão compor um ciclo básico, de um ano e meio (990 horas), ao final do qual ele fará sua opção de curso, escolhendo entre as três habilitações que serão oferecidas no novo currículo do Curso de Letras, que são:

- a. Licenciatura Plena em Letras (Habilitação em Francês e respectivas literaturas) noturno;
- b. Licenciatura Plena em Letras (Habilitação em Inglês e respectivas literaturas) matutino e noturno;
- c. Licenciatura Plena em Letras (Habilitação em Português e respectivas literaturas) matutino e noturno.

Núcleo de formação específica da licenciatura plena em Letras – Habilitação em Francês e literaturas de língua francesa

Na Licenciatura Plena em Letras, habilitação em Francês e literaturas de língua francesa, a ser integralizada em oito (08) semestres, a carga horária deste núcleo de formação específica é de

1620 h/a. Reúne vinte e nove (29) disciplinas específicas, sendo dez (10) da área de Língua Francesa (600h), quatro (04) Literaturas de língua francesa e francófona (240h), e mais as doze (12) disciplinas (600 h) comuns à formação específica, obrigatórias no ciclo básico – Língua Portuguesa e Lingüística (120h), Literaturas de Língua Portuguesa (120h), Estudos Clássicos (120h), Metodologia de Pesquisa (60h), Lingüística Aplicada e Ensino de Línguas (60h) e duas Línguas Estrangeiras (240h) -, além de três disciplinas optativas de qualquer área do curso (180h) - (cf. quadro 1):

Quadro 1: Componentes curriculares que integram o Núcleo de Formação Específica da Licenciatura em Letras com habilitação em **Francês e literaturas de língua francesa**

Disciplinas comuns à formação específica Obrigatórias no ciclo básico	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Estudos Clássicos 2 x 60h	120	0	120
Língua Estrangeira 1 (Francês) 2 x 60h	120	0	120
Língua Estrangeira 2 (Inglês) 2 x 60h	120	0	120
Língua Portuguesa e Lingüística 2 x 60h	120	0	120
Literatura de Língua Portuguesa 2 x 60h	120	0	120
Metodologia de Pesquisa em Letras 60h	60	0	60
Lingüística Aplicada e Ensino de Línguas 60h	60	0	60
12 disciplinas - Total de horas	720	0	720
Disciplinas de Língua Estrangeira	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Módulo 2 – L. Francesa (à escolha do aluno) 4 x 60 h	240	0	240
Módulo 3 – L. Francesa (à escolha do aluno) 3 x 60 h	180	0	180
Módulo 4 – L. Francesa (à escolha do aluno) 3 x 60 h	180	0	180
10 disciplinas - Total de horas	600	0	600
Disciplinas de Literatura de Língua Francesa	CH Teórica	CH Prática	CH Total
4 disciplinas 4 x 60 h	240	0	240
4 disciplinas - Total de horas	240	0	240
3 Disciplinas livres	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Optativas de qualquer área à escolha do aluno 3 x 60h	180	0	180
Total: 29 disciplinas -			1740

**Núcleo de formação específica da licenciatura plena em Letras -
Habilitação em Inglês e literaturas de língua inglesa**

Na Licenciatura Plena em Letras, habilitação em Inglês e literaturas de língua inglesa, a ser integralizada em oito (08) semestres, a carga horária deste núcleo de formação específica é de 1620 h/a. Reúne vinte e nove (29) disciplinas específicas, sendo quinze (10) da área de Língua Inglesa (600h), quatro (04) Literaturas de língua Inglesa e norte-americana (240h), as doze (12) disciplinas (600 h) comuns à formação específica, obrigatórias no ciclo básico – Língua Portuguesa e Lingüística (120h), Literaturas de Língua Portuguesa (120h), Estudos Clássicos (120h), Metodologia de Pesquisa (60h), Lingüística Aplicada e Ensino de Línguas (60h) e duas Línguas Estrangeiras (240h) -, além de três disciplinas optativas de qualquer área do curso (180h) - (cf. quadro 2):

Quadro 2: Componentes curriculares que integram o Núcleo de Formação Específica da Licenciatura em Letras com habilitação em **Inglês e literaturas de língua inglesa**

Disciplinas comuns à formação específica Obrigatórias no ciclo básico	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Estudos Clássicos 2 x 60h	120	0	120
Língua Estrangeira 1 (Francês) 2 x 60h	120	0	120
Língua Estrangeira 2 (Inglês) 2 x 60h	120	0	120
Língua Portuguesa e Lingüística 2 x 60h	120	0	120
Literatura de Língua Portuguesa 2 x 60h	120	0	120
Metodologia de Pesquisa em Letras 60h	60	0	60
Lingüística Aplicada e Ensino de Línguas 60h	60	0	60
12 disciplinas - Total de horas	720	0	720
Disciplinas de Língua Inglesa	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Módulo 2 – L. Inglesa (à escolha do aluno) 4 x 60 h	240	0	240
Módulo 3 – L. Inglesa (à escolha do aluno) 3 x 60 h	180	0	180
Módulo 4 – L. Inglesa (à escolha do aluno) 3 x 60 h	180	0	180
10 disciplinas - Total de horas	600	0	600
Disciplinas de Literatura de Língua Inglesa	CH Teórica	CH Prática	CH Total
4 disciplinas 4 x 60 h	240	0	240
4 disciplinas - Total de horas	240	0	240
3 Disciplinas livre	CH Teórica	CH Prática	CH Total

Optativas de qualquer área à escolha do aluno 3 x 60h	60	0	180
Total: 29 disciplinas -			1740

Núcleo de formação específica da licenciatura plena em Letras – Habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa

Na Licenciatura Plena em Letras, na habilitação Português e respectivas literaturas, integralizada em oito (08) semestres, a carga horária do Núcleo de Formação Específica é de 1620 h/a. Reúne vinte e nove (29) disciplinas, distribuídas entre as áreas de Língua Portuguesa e Lingüística (360h), Literaturas de Língua Portuguesa (360h), aprofundamento em Estudos Clássicos (120h as doze (12) disciplinas (600 h) comuns à formação específica, obrigatórias no ciclo básico – Língua Portuguesa e Lingüística (120h), Literaturas de Língua Portuguesa (120h), Estudos Clássicos (120h), Metodologia de Pesquisa (60h), Lingüística Aplicada e Ensino de Línguas (60h) e duas Línguas Estrangeiras (240h) -, além de três disciplinas optativas de qualquer área do curso (180h) - (cf. quadro 3):

Quadro 3: Componentes curriculares que integram o Núcleo de Formação Específica na licenciatura plena em Letras com habilitação em **Português e literaturas de língua portuguesa**

Disciplinas comuns à formação específica Obrigatórias no ciclo básico	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Estudos Clássicos 2 x 60h	120	0	120
Língua Estrangeira 1 (Francês) 2 x 60 h	120	0	120
Língua Estrangeira 2 (Inglês) 2 x 60 h	120	0	120
Língua Portuguesa e Lingüística 2 x 60 h	120	0	120
Literaturas de Língua Portuguesa 2 x 60 h	120	0	120
Metodologia de Pesquisa em Letras 60h	60	0	60
Lingüística Aplicada e Ensino de Línguas 60h	60	0	60
12 disciplinas - Total de horas	720	0	720
Disciplinas de Língua Portuguesa e Lingüística	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Módulos Temáticos (à escolha do aluno) 6 x 60h	360	0	360
06 disciplinas - Total de horas	360	0	360
Disciplinas de Literatura de Língua Portuguesa	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Módulos Temáticos (à escolha do aluno) 6 x 60 h	360	0	360
06 disciplinas - Total de horas	360	0	360
Estudos Clássicos	CH Teórica	CH Prática	CH Total

Estudos Clássicos (aprofundamento)	2 x 60 h	120	0	120
02 disciplinas – Total de horas				120
03 Disciplinas livres				
Optativa de qualquer núcleo do curso		180	0	180
Total: 29 disciplinas				1740

Nesta habilitação, o aluno poderá escolher qualquer uma das disciplinas ofertadas naquele semestre pelo Núcleo de Língua Portuguesa e Lingüística e pelo Núcleo de Literaturas de Língua Portuguesa. As únicas disciplinas obrigatórias serão as do Módulo 1 do Ciclo I, dentre as disciplinas dos dois núcleos, ofertadas em semestres ímpares e em semestres pares.

No caso das disciplinas de Literatura, o plano do Núcleo prevê que o aluno faça sua opção por uma disciplina de cada módulo. Já nas disciplinas de Língua Portuguesa e Lingüística, as disciplinas do Módulo 1 sempre serão ofertadas, recomendando-se ao aluno que procure cumprir todas as horas do Módulo 1 (360h), mas não obrigatoriamente.

2. Núcleo de Formação Pedagógica

Este núcleo compreende, além das três disciplinas pedagógicas obrigatórias (Didática Geral, Política e Gestão Educacional, Psicologia da Educação - 180h), conforme o Projeto Pedagógico Institucional (cf. Resoluções 02/2004 do Conselho de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia e 3/2005 do Conselho Universitário), mais três disciplinas pedagógicas específicas para cada uma das áreas de Letras:

a. na habilitação de Francês e literaturas de língua francesa: Metodologia do Ensino de Português como Língua Estrangeira,

Metodologia do Ensino de Língua Estrangeira e Metodologia de Ensino de Francês com Objetivos Específicos, todas de 60 h (totalizando 180h);

b. na habilitação de Inglês e literaturas de língua inglesa: Metodologia do Ensino de Português como Língua Estrangeira, Metodologia de Ensino de Língua Estrangeira e Metodologia de Ensino de Inglês para Fins Específicos, todas de 60 h (totalizando 180h);

c. na habilitação de Português e literaturas de língua portuguesa: Metodologia de Ensino de Português em diferentes contextos, Metodologia de ensino de Literatura e Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Lingüística, todas de 60 h (totalizando 180h);

d. para todas as habilitações, as três disciplinas pedagógicas, a saber: Didática Geral, Política e Gestão da Educação e Psicologia da Educação;

e. mais as Práticas Educativas ou PIPES (225 h) e os Estágios Curriculares Supervisionados das Licenciaturas (405 h), perfazendo um total de 990 horas.

O Núcleo de Formação Pedagógica funciona como um eixo articulador dos conhecimentos necessários à formação dos professores de Língua Portuguesa e Lingüística, Literatura e Línguas Estrangeiras que atuarão na Educação Básica, nas dimensões teóricas e práticas. Visa a propiciar:

- A integração entre os conhecimentos específicos da área das ciências da linguagem e das línguas estrangeiras e os conhecimentos sobre educação, ensino e aprendizagem;
- A transposição didática dos conhecimentos aprendidos durante o curso e que serão objeto de sua intervenção no contexto escolar, considerando-se sua relevância e inserção nas diferentes etapas da Educação Básica;
- A reflexão sobre condicionantes sociais, históricos e pedagógicos que caracterizam os processos de ensinar e

aprender nas áreas das ciências da linguagem e das línguas estrangeiras, e das literaturas de língua portuguesa e de línguas estrangeiras;

- A motivação para o desenvolvimento de pesquisas sobre os processos de ensino e aprendizagem dos conteúdos de Língua Portuguesa e Lingüística, das Literaturas da Língua Portuguesa, dos Estudos Clássicos e das Línguas e Literaturas Estrangeiras – Francês e Inglês - na Educação Básica.

- **Projetos Integrados de Práticas Educativas**

As Práticas Educativas (Projeto Integrado de Práticas Educativas – PIPE) estão vinculadas às áreas específicas (Línguas Estrangeiras, Língua Portuguesa e Lingüística, Literaturas de Língua Portuguesa e Estudos Clássicos), e serão vivenciadas ao longo do curso, do primeiro até o sexto semestre, quando se iniciam os Estágios Supervisionados. Os PIPEs constituem, pois, um componente de natureza interdisciplinar, que reúne atividades práticas relativas à formação do futuro profissional da educação, preparando-o para os Estágios Curriculares Supervisionados propriamente ditos. Essas Práticas Educativas prevêm o desenvolvimento de ações didático-pedagógicas nos diversos âmbitos de atuação profissional, bem como a reflexão sobre os processos de ensino e aprendizagem na área de atuação específica do professor. Sua execução proporcionará ao aluno a oportunidade inicial de conhecer, analisar e intervir no espaço escolar ou em outros ambientes educativos, locais onde o fazer profissional dos professores de Português, Literatura, Francês e Inglês acontece.

Participarão do planejamento, desenvolvimento e avaliação dos Projetos Integrados de Prática Educativa os professores responsáveis, em cada período, pelas disciplinas de Língua Francesa e

Língua Inglesa, de Estudos Clássicos, Lingüística Aplicada e Ensino de Línguas e das três metodologias de ensino, de Língua Estrangeira, de Literatura e de Língua Portuguesa, em consonância com o princípio da articulação teoria-prática pedagógica. Esses professores serão os responsáveis pela orientação e acompanhamento das atividades planejadas.

Tais projetos desenvolverão atividades que proporcionem ao graduando:

- A observação e a sua própria integração ao contexto das escolas, sob a perspectiva do professor;
- O desenvolvimento de ações didáticas, colocando em uso os conhecimentos aprendidos nos diferentes tempos e espaços curriculares;
- A identificação, a análise e a busca de alternativas para situações-problema do cotidiano escolar;
- A oportunidade de problematizar situações e, a partir delas, iniciar-se no desenvolvimento de pesquisas na área educacional.

Projeto Integrado de Práticas Educativas 1 (PIPE 1 – 15h de Língua Francesa + 15 h de Língua Inglesa):

Projeto Integrado de Práticas Educativas 2 (PIPE 2 – 15h de Língua Francesa + 15h de Língua Inglesa):

Os PIPES 1 e 2, do Ciclo Básico (obrigatório), têm como objetivo:

- Possibilitar ao graduando um primeiro contato sistematizado, organizado e orientado com os diferentes campos de atuação do profissional formado em Letras.

Nesta primeira etapa do Projeto, devido às particularidades do curso, por suas diferentes áreas, as primeiras 60 horas previstas

serão divididas, em cada um dos dois primeiros semestres, sendo 15h para a Língua Francesa e 15h para a Língua Inglesa. Não haverá um tema único para estes PIPEs, porém a articulação teórico-prática proposta pelas áreas nesse primeiro contato do graduando com o seu futuro mercado de trabalho, de onde, na verdade, ele acaba de sair, visa a dar-lhe uma nova perspectiva da escola, seu funcionamento, e as condições de formação profissional e de trabalho, bem como a legislação vigente que regula a educação básica e os Parâmetros Curriculares.

Projeto Integrado de Prática Educativa 3 (PIPE 3 – 30h), no terceiro semestre do Ciclo básico, 15 horas estarão vinculadas aos Estudos Clássicos (15 h), e têm como objetivo:

- Possibilitar ao graduando um contato com a realidade da escola e as condições de formação e trabalho do professor de português e de literatura no ensino fundamental e médio em relação aos estudos clássicos.

As outras 15 horas estarão vinculadas à disciplina Linguística Aplicada e Ensino de Línguas, tendo por finalidade:

- Propiciar o desenvolvimento da percepção crítica dos graduandos, a fim de que se tornem aptos a avaliar e estabelecer relações entre concepções teóricas diferenciadas em termos de concepções de linguagem e de ensino e aprendizagem de Língua Estrangeira (LE) e/ou Língua Materna (LM), por intermédio da leitura, reflexão e discussão de textos teóricos, bem como de relatos de pesquisas recentes realizadas na área.
- Estimular o envolvimento dos professores em formação em reflexões e discussões sobre Planejamento de Cursos, análise, seleção e elaboração de material didático e instrumentos de avaliação;

- Despertar no graduando a percepção da necessidade de se envolver com pesquisa em Lingüística Aplicada durante a graduação e de dar continuidade à sua formação após se graduar.

Projetos Integrados de Prática Educativa 4, 5 e 6 (PIPEs 4, 5 e 6 – 30 h cada um) estarão vinculados às disciplinas Metodologia de Ensino correspondentes ao período, e à habilitação cursada:

- a. habilitação em Inglês e Literaturas de Língua Inglesa: 4º período – Metodologia de ensino de Português como Língua Estrangeira; 5º período – Metodologia de ensino de Língua Inglesa; 6º período – Metodologia de ensino de Língua Inglesa para fins específicos;
- b. habilitação em Francês e Literaturas de Língua Francesa: 4º período – Metodologia de ensino de Português como Língua Estrangeira; 5º período – Metodologia de ensino de Língua Francesa; 6º período – Metodologia de ensino de Língua Francesa com objetivos específicos;
- c. habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa: 4º período – Metodologia de ensino de Português em diferentes contextos; 5º período – Metodologia de ensino de Literaturas de Língua Portuguesa; 6º período – Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa.

Estes PIPEs têm por finalidade:

- Dar continuidade ao processo de conhecimento dos campos de atuação, enfocando agora o fazer profissional do professor de Línguas e Literaturas que atua nos diversos níveis da Educação Básica;
- Problematizar situações escolares e planejar estudos sistemáticos de investigação científica;

- Apresentar a professores e alunos da educação básica as novas metodologias de ensino que apliquem tecnologias da informação e de comunicação (TIC);
- Proceder à análise de narrativas orais e escrita de professores e alunos;
- Desenvolver planejamentos de cursos a partir do levantamento de necessidades e interesses;
- Desenvolver planejamentos de aulas teóricas e práticas;
- Proceder à análise de livros didáticos.

Além destes objetivos, estas práticas poderão focalizar ainda:

- análise e compreensão do papel do planejamento nas atividades docentes;
- elaboração de diferentes níveis de planejamento educacional;
- análise e compreensão do papel dos projetos de ensino nas atividades docentes;
- problematização de situações do cotidiano escolar no que se refere às práticas avaliativas mais comuns e discuti-las a partir de referenciais críticos sobre a função avaliativa na sociedade atual;
- debates sobre a função social da avaliação como meio de exclusão e subordinação;
- análise e compreensão do papel da aula na atualidade, compreendendo e atuando de forma criativa e pedagógica diante das dificuldades oriundas do cotidiano escolar.

Projeto Integrado de Práticas Educativas 7 (Seminários), a ser realizado após todos os outros PIPEs, terá por objetivo a finalização dos projetos. O desenvolvimento das atividades previstas nos diferentes momentos de execução dos Projetos Integrados de Práticas Educativas balizará a participação dos alunos e professores em um Seminário de Práticas Educativas, previsto para 45 horas, sua apresentação final ocorrendo, preferencialmente, na Semana de

Letras do ILEEL, ou na Semana Acadêmica da UFU. Esse Seminário será um momento privilegiado de integração entre os diferentes componentes curriculares que integram o Núcleo de Formação Pedagógica – disciplinas, PIPEs e Estágios Supervisionados – de modo a assegurar, ao longo da formação dos professores de Letras na Educação Básica, a articulação teórico-prático-pedagógica, pretendida entre os conhecimentos específicos da área, os conhecimentos educacionais e pedagógicos e o fazer profissional desses professores.

Na preparação do Seminário de Práticas Educativas serão previstos momentos de reflexão sobre a formação do educador, espaços de divulgação das experiências, estudos e pesquisas desenvolvidas nos Projetos de Prática Educativa, assim como apresentação de propostas relativas aos Estágios Supervisionados.

As normas para composição e funcionamento das Práticas Educativas estão descritas no Anexo 3.

- **Estágios Supervisionados**

O **Estágio Supervisionado** será organizado e desenvolvido de modo a dar continuidade aos Projetos de Prática Educativa e a eles integrar-se. Nesse sentido, o Estágio Supervisionado no Curso de Letras da UFU deve ser compreendido como mais um espaço de aproximação e integração do aluno com a realidade educacional, com o objeto de conhecimento e o campo de trabalho do professor de Português e de Língua Estrangeira do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Ao mesmo tempo, constituir-se-á num momento privilegiado de iniciação profissional. O estágio será organizado de modo a assegurar:

- A gradativa inserção e participação do futuro professor em projetos e ações desenvolvidas pela instituição-campo no âmbito dos processos de ensino;

- A compreensão e a análise fundamentada da(s) realidade(s) vivenciada(s) nas atividades desenvolvidas;
- Intervenções planejadas e acompanhadas junto às escolas e outras instâncias educativas;
- A compreensão sobre a identidade profissional do professor e sua importância no processo educativo;
- A prática profissional de docência nas áreas de atuação dos futuros professores;
- A promoção da articulação teoria –prática;
- A discussão e atualização dos conhecimentos relativos à área de formação e atuação profissional.

Devido às particularidades do Curso de Letras e suas diferentes habilitações, que se dividem em três grandes áreas (Língua Portuguesa e Lingüística, Literaturas de Língua Portuguesa e Línguas e Literaturas Estrangeiras Modernas, esta última subdividida em Francês e Literaturas de Língua Francesa e Inglês e Literaturas de Língua Inglesa), os Estágios Curriculares Supervisionados da Licenciatura plena em Letras, em todas as habilitações, serão iniciados já no quarto semestre do curso.

No quarto semestre das habilitações de Francês e literaturas de língua francesa e Inglês e literaturas de língua inglesa, os Estágios Supervisionados começam com a disciplina Metodologia de Ensino de Português como Língua Estrangeira (45h teóricas e 15h práticas, de observação); no quinto semestre, cursam Metodologia de Ensino de Língua Francesa ou Inglesa (45h teóricas e 15h práticas, de observação), e no sexto semestre, cursam a Metodologia de Ensino de Francês ou Inglês com fins ou objetivos específicos (45h teóricas e 15h práticas), preparatória para os Estágios Supervisionados em Práticas de Ensino de Língua Estrangeira, que iniciam no sétimo semestre. O estagiário cumprirá, neste período, 75h (15h teóricas e 60h práticas) do primeiro estágio supervisionado de Língua Estrangeira (Francês ou Inglês, dependendo da habilitação), mais 75h

(15h teóricas e 60h práticas) do primeiro estágio supervisionado de Língua Estrangeira (Francês ou Inglês, conforme sua opção) para fins específicos. No oitavo semestre, o graduando completará seus estágios, com 90h (30h teóricas e 60h práticas) para o segundo Estágio Supervisionado de Língua Estrangeira (Francês ou Inglês), 75h (15h teóricas e 60h práticas) no estágio supervisionado de Português como Língua Estrangeira e ainda 90h (15h teóricas e 60h práticas) das Práticas em Tradução.

Na habilitação em Português e literaturas de língua portuguesa, no quarto semestre, os Estágios supervisionados começam com a disciplina Metodologia do Ensino de Português em diferentes contextos (60h, sendo 45h teóricas e 15h práticas); no quinto semestre, Metodologia do Ensino de Literaturas de Língua Portuguesa (60 h, sendo 45h teóricas e 15h práticas) e no sexto, a disciplina Metodologia de Ensino de Português e Lingüística (60 h, sendo 45h teóricas e 15h práticas), perfazendo um total de 135 h teóricas e 45h práticas, durante as quais o estagiário iniciará suas observações em escolas do ensino fundamental e médio. No sétimo semestre, o graduando cumprirá 75h (15h teóricas e 60h práticas) de Estágio Supervisionado, na área de Literatura, mais 75h (15h teóricas e 60h práticas) do primeiro Estágio de Língua Portuguesa. No oitavo semestre, cumprirá 90h (30h teóricas e 60 h práticas) do Estágio Supervisionado final de Língua Portuguesa, mais 90h (30 h teóricas e 60h práticas) do Estágio Supervisionado final de Literatura de língua portuguesa.

Desta forma, o Estágio Curricular Supervisionado do licenciado em Letras, em qualquer habilitação, perfará um total de 405 h

Assim, PIPEs, disciplinas pedagógicas e as Metodologias de Ensino completam um total de 585 horas, que correspondem a 1/5 da carga horária total das três habilitações, que perfaz 2.930 horas (cf. quadros 4, 5 e 6 abaixo).

Quadro 4: Componentes curriculares do Núcleo de Formação Pedagógica, Projetos Integrados de Práticas Educativas e Estágios Supervisionado da Licenciatura com habilitação em **Francês e Literaturas de Língua francesa**

Projeto Integrado de Práticas Educativas	CH Teórica	CH Prática	CH Total
PIPE 1 - vinculado à Língua Inglesa (15h) vinculado à Língua Francesa (15h)	0	30	30
PIPE 2 - vinculado à Língua Inglesa (15h) vinculado à Língua Francesa (15)	0	30	30
PIPE 3 – vinculado à Estudos Clássicos (15h) vinculado à Lingüística Aplicada (15h)	0	30	30
PIPE 4 – vinculado à Metodologia de ensino de Português como língua estrangeira	0	30	30
PIPE 5 – vinculado à Metodologia de ensino Língua Estrangeira	0	30	30
PIPE 6 – vinculado à disciplina Metodologia de ensino de Francês com objetivos específicos (FOS)	0	30	30
PIPE 7 - Seminários	0	45	45
Total	0	225	225

Disciplinas Pedagógicas Obrigatórias	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Política e Gestão da Educação (2º)	60	0	60
Psicologia da Educação (3º)	60	0	60
Didática Geral (3º)	60	0	60
Metodologia de Ensino de Português Língua Estrangeira (4º)	45	15	60
Metodologia de Ensino de Língua Estrangeira (5º)	45	15	60
Metodologia de ensino de Francês com objetivos específicos (6º)	45	15	60
Total	315	45	360
Estágios Supervisionados	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Estágio Supervisionado de Língua Francesa 1	15	60	75
Estágio Supervisionado de Língua Francesa 2	30	60	90
Estágio Supervisionado de Francês com objetivos específicos	15	60	75
Estágio Supervisionado de Práticas de Tradução	30	60	90
Estágio Supervisionado de Português como Língua Estrangeira	15	60	75
Total	105	300	405

Quadro 05: Componentes curriculares do Núcleo de Formação Pedagógica, Projeto Integrado de Práticas Educativas e Estágios Supervisionado da Licenciatura com habilitação em **Inglês e Literaturas de Língua Inglesa**

Projeto Integrado de Práticas Educativas	CH Teórica	CH Prática	CH Total
PIPE 1 - vinculado à Língua Inglesa (15h) vinculado à Língua Francesa (15h)	0	30	30
PIPE 2 - vinculado à Língua Inglesa (15h) vinculado à Língua Francesa (15)	0	30	30
PIPE 3 – vinculado à Estudos Clássicos (15h) vinculado à Lingüística Aplicada (15h)	0	30	30
PIPE 4 – vinculado à Metodologia de ensino de Português como língua estrangeira	0	30	30
PIPE 5 – vinculado à Metodologia de ensino de Língua Estrangeira	0	30	30
PIPE 6 – vinculado à Metodologia de ensino de Inglês para Fins específicos (ESP)	0	30	30
PIPE 7 - Seminários	0	45	45
Total	0	225	225

Disciplinas Pedagógicas Obrigatórias	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Política e Gestão da Educação (2º)	60	0	60
Psicologia da Educação (3º)	60	0	60
Didática Geral (3º)	60	0	60
Metodologia de Ensino de Português Língua Estrangeira (4º)	45	15	60

Metodologia de Ensino de Língua Estrangeira (5º)	45	15	60
Metodologia de ensino de Francês com objetivos específicos (6º)	45	15	60
Total	315	45	360
Estágios Supervisionados	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Estágio Supervisionado de Língua Inglesa 1	15	60	75
Estágio Supervisionado de Língua Inglesa 2	30	60	90
Estágio Supervisionado de Língua Inglesa para fins específicos 1	15	60	75
Estágio Supervisionado de Práticas de Tradução	30	60	90
Estágio Supervisionado de Português como Língua Estrangeira	15	60	75
Total	105	300	405

Quadro 06: Componentes curriculares do Núcleo de Formação Pedagógica, Projeto Integrado de Práticas Educativas e Estágios Supervisionado da Licenciatura Simples em **Português** e Literaturas de Língua Portuguesa

Projeto Integrado de Práticas Educativas	CH Teórica	CH Prática	CH Total
PIPE 1 - vinculado à Língua Inglesa (15h) vinculado à Língua Francesa (15h)	0	30	30
PIPE 2 - vinculado à Língua Inglesa (15h) vinculado à Língua Francesa (15)	0	30	30
PIPE 3 – vinculado à Estudos Clássicos (15h) vinculado à Lingüística Aplicada (15h)	0	30	30
PIPE 4 – vinculado à Metodologia de ensino de Português em diferentes contextos	0	30	30
PIPE 5 – vinculado à Metodologia de ensino de Literatura	0	30	30
PIPE 6 – vinculado à Metodologia de ensino de Língua Portuguesa	0	30	30
PIPE 7 - Seminários	0	45	45
Total	0	225	225

Disciplinas Pedagógicas Obrigatórias	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Política e Gestão da Educação (2º)	60	0	60
Psicologia da Educação (3º)	60	0	60
Didática Geral (3º)	60	0	60
Metodologia de Ensino de Português em diferentes contextos	45	15	60
Metodologia de Ensino de Literatura	45	15	60
Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa	45	15	60
Total	315	45	360
Estágios Supervisionados	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa 1	15	60	75
Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa 2	30	60	90
Estágio Supervisionado de Literatura 1	15	60	75
Estágio Supervisionado de Literatura 2	30	60	90
Estágio Supervisionado de Português em diferentes contextos	15	60	75
Total:	105	300	405

As normas para composição e funcionamento dos Estágios Supervisionados estão descritas no Anexo 4.

É importante destacar que o licenciando em Letras, em qualquer uma das três habilitações do Curso, terá a mesma carga horária total de Estágio Supervisionado (405h).

Na Licenciatura em Letras, com habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa terá uma prática específica para aquela linha de formação específica, o “Estágio Supervisionado de Português em diferentes contextos”, que contempla uma nova modalidade de ensino de Língua Portuguesa, ou seja, “Português com fins específicos”, “Português como Língua Estrangeira”, “Português em contexto empresarial”, o que capacitará o licenciando a ministrar aulas de Língua Portuguesa para estrangeiros, no Brasil e até mesmo no exterior, abrindo um novo mercado para o profissional de Letras.

Na Licenciatura em Letras, com habilitação em Inglês e literaturas de língua Inglesa, ou em Francês e literaturas de língua francesa, o licenciando terá um Estágio Supervisionado em Inglês ou Francês com fins específicos, uma modalidade de ensino de língua estrangeira com um crescente mercado de trabalho, e também um “Estágio Supervisionado de Português como Língua Estrangeira”, que capacitará o licenciando a ministrar aulas para estrangeiros, no Brasil (o que já ocorre atualmente com alguns de nossos alunos que, supervisionados por professores em projetos de extensão, ministram aulas a alunos estrangeiros que vêm estudar na UFU por meio de convênios internacionais e inter-institucionais), ou no exterior, o que representará uma carreira internacional para o graduado em Letras de nossa Universidade.

3. Núcleo de Formação Acadêmico-Científico-Cultural

As atividades acadêmicas curriculares integram a estrutura curricular do Curso de Letras, com carga horária de 200h. Incluem a participação de alunos em eventos de natureza social, cultural artística, científica e tecnológica, tanto no âmbito das Letras de modo geral quanto no âmbito de sua preparação ética, estética e humanística.

As atividades científico-culturais serão assim consideradas:

Quadro 7: Pontuação das Atividades Acadêmicas Complementares

Atividades Científico-culturais	Pontuação parcial	Pontuação final
Projetos e/ou atividades de ensino (PIBEG, cursinho alternativo, etc.), aprovados no CONSILEEL - por semestre	20	80
Projetos de pesquisa aprovado no CONSILEEL (PIBIC/PBIC) - por semestre	20	60
Projeto de extensão (organização de eventos, cursos, palestras, etc.) - aprovado no CONSILEEL - por semestre	20	60
Apresentação de trabalho em evento científico-cultural local	15	60
Apresentação de trabalho em evento científico-cultural nacional	20	80
Apresentação de trabalho em evento científico-cultural internacional	20	80
Participação em evento científico-cultural local	10	40
Participação em evento científico-cultural nacional	15	60
Participação em evento científico-cultural internacional	15	60
Grupo de Pesquisa (aprovado em agência de fomento) – p/ sem.	30	60
Grupo de estudos de temas específicos (orientado por docente) - por semestre	20	60
PET - por semestre	20	80
Monitoria (oficial, com bolsa ou voluntária) - por semestre	30	90
Representação estudantil (Colegiado, Consileel, Congrad, D.A., DCE) por semestre	20	80
Disciplinas facultativas	30	90
Atividade acadêmica à distância - por atividade	20	40
Prêmios recebidos	20	60
Participação em grupos artísticos (bandas, grupos de teatro amador, etc)	15	60
Publicação de artigo científico (em revista especializada com corpo editorial)	30	120
Publicação de Trabalhos completos em anais de congressos	20	60
Publicação de resumos	15	60
Publicação de artigo em veículo local	10	30
Participação em campanhas e/ou eventos na comunidade (coleta de livros, feira de livros, montagem de bibliotecas, etc)	5	20
Participação em atividades artístico-culturais (mostras, vídeos, saraus, performances, contação de histórias, Varal de poesias, Varal Literário, etc)	5	20
Estágio extra-curricular de curta duração em empresas	15	30

- O aluno poderá cursar até três disciplinas de qualquer curso de graduação da UFU como Atividade Complementar.
- O aluno poderá fazer até três atividades acadêmicas à distância. Considera-se atividade acadêmica à distância a alternativa pedagógica predominantemente não-presencial ou semi-presencial destinada a promover a autonomia do aluno, envolvendo meios de comunicação capazes de ultrapassar os limites do tempo e do espaço e de permitir a interação do estudante com fontes de informação diversificadas.

- Cada aluno será responsável pela coleta e organização dos certificados que comprovem sua efetiva participação nas variadas atividades complementares.
- No início do último semestre da graduação, o aluno deverá entrar com requerimento solicitando ao Colegiado a convalidação das Atividades Complementares Científico-culturais desenvolvidas ao longo do curso.
- Todas as atividades devem ser comprovadas por certificado oficial. Cópias dos artigos, com folha xerocada contendo dados completos da publicação (nome, data de publicação, número das páginas em que se encontra o artigo, etc).
- Casos omissos serão decididos pelo Colegiado do Curso.

OPÇÃO DE CURSO

Ao final dos três primeiros semestres do curso, em que todas as disciplinas são obrigatórias, formando um ciclo básico comum a todas as habilitações, o aluno faz sua opção por uma delas.

O graduando poderá cursar simultaneamente as outras habilitações, em outro turno, ou consecutivamente, desde que não ultrapasse o prazo máximo de integralização da habilitação para a qual fez o Vestibular.

Devido a essa peculiaridade do Curso de Graduação em Letras, o aluno poderá cursar uma habilitação em um turno e a outra no outro turno, desde que tenha possibilidade de fazê-lo, conforme decisão do Conselho de Graduação em 21/09/2007. Em vista disto, os alunos poderão cursar até quarenta (40) horas semanais, desde que sejam alunos sem reprovação, ou seja, sem débito de disciplinas.

O aluno terá uma nova oportunidade, podendo fazer a reopção de curso antes de iniciar os Estágios Supervisionados específicos, ou seja, se estiver seguindo o curso normalmente, sem reprovações ou trancamentos, ao final do quinto semestre letivo, antes de ter feito todas as metodologias e todos os PIPEs. Depois disso, só se o aluno desistir de sua vaga e reingressar por meio de novo processo seletivo.

Acredita-se, todavia, que as re-opções serão poucas, tendo em vista que a opção será feita um semestre mais tarde do que no currículo hoje vigente e devido ao tipo de curso que lhes será proposto, já que poderá cursar também as outras habilitações.

EQUIVALÊNCIA CURRICULAR

A implantação deste novo currículo prevê uma fase de transição com duração de cerca de quatro (04) anos, podendo ainda ser estendido este período, caso haja necessidade.

Quase todas as disciplinas do currículo antigo serão equivalentes em carga horária a outras disciplinas do currículo novo; estas receberão, entretanto, nova denominação e novo enfoque didático, visto que estarão comprometidas com a prática pedagógica ao longo do curso.

Como o curso de Letras tem três subáreas, será feita a equivalência de carga horária e conteúdos correlatos entre o antigo currículo e o currículo em implantação, com vistas ao máximo reaproveitamento de disciplinas e cargas horárias já realizadas e que ainda serão cursadas. Como a maioria das disciplinas manteve a carga horária de sessenta (60) horas, não haverá defasagem de carga horária, e serão analisados, para efeito de equivalência, não apenas a ementa, mas também o Programa e os objetivos da disciplina. Isto ocorrerá, como já se disse, em vista do fato de o novo currículo do Curso de Letras ter um novo enfoque, visando em todas as disciplinas a formação do professor e a maneira de ministrar a disciplina, e não mais apenas a transmissão de conteúdos específicos. O Colegiado deliberou que, desde que o conteúdo programático das novas disciplinas contemple o conteúdo programático das disciplinas antigas, a equivalência será aceita.

Será utilizada a mesma dinâmica para o grupo de disciplinas referentes às disciplinas pedagógicas externas (Didática, Psicologia da Educação e Política e Gestão Educacional).

O Anexo 3 contém os quadros que informam a equivalência Curricular dos dois projetos pedagógicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o que foi proposto até então, concluímos, reiterando:

- O Curso de Letras ILEEL/UFU oferecerá três habilitações, todas na modalidade licenciatura;
- O quadro abaixo representa a oferta do Curso de Letras no novo currículo:

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS CONDIÇÕES
DE OFERTA DO CURSO DE LETRAS

Quadro 8:

Modalidade	Licenciatura		
	Manhã	Tarde	Noite
Habilitações			
Francês			X
Inglês	X		X
Português	X		X

- Está suspensa a modalidade bacharelado pelo período de cinco anos, com estudos para um curso de bacharelado em Tradução a ser implementado a partir de 2011;
- Aguardando a sinalização de contratação de corpo docente, encontra-se também em fase final de elaboração o projeto que cria a licenciatura em Espanhol e literaturas da Língua Espanhola;
- O atual Projeto Político Pedagógico, com todas as suas inovações, com a flexibilidade exigida pelo MEC e para uma implementação dentro dos parâmetros de qualidade que são a marca da UFU, só será possível com a redução de vagas de ingresso dos atuais 160

alunos/ano para 80 alunos/ano, número que representa o padrão das licenciaturas da UFU;

- Esta redução é necessária em vista de que o novo currículo estará sendo implementado a cada semestre, não havendo uma migração dos alunos do antigo currículo para o novo, trabalhando-se, pois, com dois currículos simultaneamente;
- As equivalências estão previstas para não haver prejuízo para o aluno que, eventualmente, for obrigado a trancar o curso, por motivos justificados ao Colegiado do Curso, ou por transferência, ou em casos excepcionais, analisados pelo Colegiado;
- Reforça-se a possibilidade de o graduando em Letras cursar duas ou três habilitações, em diferentes turnos, desde que não ultrapasse o período máximo de integralização do curso para o qual prestou Vestibular;
- Reitera-se, ainda, que serão considerados campos de estágio para os alunos do Curso de Letras os contextos educativos do sistema oficial de ensino, público e privado, assim como os cursos de idiomas e os cursos de extensão de ensino de línguas à comunidade, bem como contextos alternativos, como cursinhos comunitários, cursos oferecidos por Igrejas ou Organizações Não Governamentais (ONGs), entre outras possibilidades.